



1

2

GOVERNO FEDERAL

3

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

4

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

5

6

7

CONAMA
Conselho Nacional do Meio Ambiente



8

9

10

11

12

13

14 **33^a Reunião da Câmara Técnica de Saúde,**
15 **Saneamento Ambiental e Gestão de Resíduos**

16

17

18

19

20

21

22

23

24

23 de Julho de 2010.

25

26

(Transcrição ipisis verbis)
Empresa ProixL Estenotipia

27

28

29

30

31

32A **SRª DANIELA BUOSI ROHLFS (MINISTERIO DA SAÚDE)** - Inicia aqui a
33nossa reunião. É. Nós temos então na abertura a aprovação dos resultados e a
34transcrição da 32ª reunião da Câmara Técnica. Depois, na ordem do dia, nós
35temos a questão da regulamentação da movimentação interestadual de
36resíduos perigosos, que nós discutimos na última, na penúltima reunião, se não
37me engano. Não. Na última. Desculpa. E ficou de criar um grupo ad hoc para
38fazer uma última revisão e vai ser apresentada agora para a praxe ação e
39deliberação. E também temos um informe do PLAN SAB. Eu ia sugerir de nos
40fazermos então uma inversão de pauta, fazer o informe do PLAN SAB que a
41norma já chegou. Fazer uma inversão de pauta, é o tempo também da Zilda
42chegar para poder fazer a apresentação da nova minuta. Algum Conselheiro
43tem mais alguma questão da pauta para ser inserida? Não. Adriana, eu tinha o
44indicativo de que faríamos um informe também da questão do plano da política
45nacional de resíduos. Não? Se ele não fizer um comentário até o final, eu faço
46que eu acho que nós temos que sair dos comentários e ver mais
47concretamente como a gente vai atuar. Porque agora como não é mais o
48campo do pode ser. Pode ser, inclusive, sancionada hoje então nós temos que
49começar a dar um. Para nós pediram a apreciação até ontem porque hoje
50estaria na mesa do Presidente com possibilidade de ser assinada. Passa por
51todos os Ministérios novamente né. Dá vontade. Mas, vai. O fato agora é que
52vai. Então, vamos tratar com o fato concreto que é a sanção da política
53rapidamente sancionada em apenas onze anos. Então, nós achamos que
54precisa dar o tratamento. Vamos só aguardar a norma e vamos dar o início.
55Podemos fazer isso. Eu não sei se os outros microfones estão funcionando,
56mas eu tentei aquele e não tive sorte. Eu vou passar então para o registro dos
57Conselheiros.

58

59

60

61O **SR. WELLINGTON HEBERLING (ANAMA/Centro-Oeste)** - Wellington
62Heberling, de Goiânia (GO), representando Tiago Camargo Lopes da ANAMMA
63Centro-Oeste.

64

65

66

67A **SRª CELMA (ANAMMA Nacional da Agência Municipal de Meio
68Ambiente de Goiânia)** - Celma, representante da ANAMMA Nacional da
69Agência Municipal de Meio Ambiente de Goiânia.

70

71

72O **SR. GUSTAVO CARVALHO (Representante do Estado de Alagoas)** -
73Gustavo Carvalho, representante do Estado de Alagoas.

74

75

76O **SR. RICARDO LOPES GARCIA (Representante da Confederação
77Nacional das Indústrias)** - Ricardo Garcia, representante da Confederação
78Nacional das Indústrias.

79

80

81

82A SRª NORMA LUCIA DE CARVALHO (Secretaria Nacional de Saneamento
83Ambiental - Ministério das Cidades) - Norma Carvalho, da Secretaria
84Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades.

85

86

87A SRª JUSSARA KALIL PIRES (ABES) - Jussara Carol Pires, da ABES.

88

89

90A SRª DANIELA BUOSI ROHLFS (MINISTERIO DA SAÚDE) - Norma nós
91fizemos um inversão de pauta, e eu vamos começar com o informe do plano
92sab. Está bom? Norma, chegaram mais dois Conselheiros. Vamos pedir para
93eles registrarem a presença, por favor.

94

95

96O SR. EDUARDO ESPINDOLA VIEIRA (CNT) - Eduardo, CNT.

97

98

99O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de
100Minas Gerais) – José Claudio, governo do estado de Minas Gerais.

101

102

103A SRª DANIELA BUOSI ROHLFS (MINISTERIO DA SAÚDE) - Quanto tempo
104está prevista a sua apresentação, o que você acha? Podemos manter?

105

106

107A SRª NORMA LUCIA DE CARVALHO (Secretaria Nacional de Saneamento
108Ambiental - Ministério das Cidades) - Bom dia a todos. Eu sou Norma
109Carvalho, do Ministério das Cidades, e nos demandaram que viéssemos aqui
110fazer um informe sucinto, uma apresentação sucinta, do estágio atual da
111elaboração de plano nacional de saneamento básico. Essa demanda vem em
112função de ter havido há uns dois meses atrás uma apresentação do plano junto
113à Câmara Técnica do plano nacional de recursos hídricos do CNRH e com a
114intenção do nivelar a discussão do assunto nos dois Conselhos nos pediram
115que viéssemos aqui hoje. Bom, eu vou passar um rápido enfoque na questão
116legal que orienta a elaboração do plano nacional. No contexto legal, desde a
117Constituição Federal de 88, ficou claramente definida a competência comum da
118União, Estados, do Distrito Federal e municípios para implementação de
119programas e ações voltadas à melhoria do serviço de saneamento, das
120condições de saneamento no País. Essa responsabilidade comum envolvendo
121também a União ficou reforçada na Lei Orgânica da Saúde, a Lei do Sistema
122Único de Saúde, a Lei 8.080 de 1990, posteriormente a política nacional de
123recursos hídricos também coloca a sua interface saneamento recursos hídricos
124e dando continuidade, ali está colocada a portaria 518/2000, na realidade há
125uma falha, é a portaria da qualidade da água no ano de 2000 não era a 518,
126era a sua antecessora, 1469. 518 é de 2004. Perdoe-me ai o pessoal da saúde.
127Na seqüência, o Estatuto das Cidades 2001 que veio estabelecer diretrizes
128para a política urbana. Também a Lei dos consórcios públicos, a Lei 11.107 de
1292005. Em 2007, a Lei de Diretrizes Nacional de Saneamento Básico, a Lei
13011.445 que estabelece as diretrizes nacionais e a política federal de
131saneamento básico. Mas recentemente regulamentada pelo Decreto 7217

132 agora de 21 de junho de 2010. E estamos aguardando a sanção da política
133 nacional de resíduos sólidos já aprovada na Câmara e no Senado. Bom, esse
134 contexto legal diante das perspectivas de em breve revisão da portaria 518 que
135 está em andamento e a sanção e edição de política nacional de resíduos
136 sólidos vem formar o arcabouço legal que orienta a elaboração do plano
137 nacional de saneamento básico. Por favor. Os fundamentos como já dissemos
138 vem postos desde a Constituição, a Lei 11.445 de saneamento básico e sua
139 regulamentação com foco prioritário para a universalização do acesso ao
140 saneamento básico. Esse é o princípio fundamental da lei. A Lei estabelece
141 diretrizes para a política federal de saneamento básico a qual tem como seu
142 principal instrumento o plano nacional de saneamento básico. Esse plano, ele é
143 detalhado no art. 52 da lei e o seu correspondente art. 57 no Decreto de
144 regulamentação da lei. Também a Resolução 62 do Conselho das Cidades de
145 dezembro de 2008, ela aprova o pacto pelo saneamento básico. Foi um pacto
146 considerado. Este pacto é um documento considerado como a primeira etapa
147 da elaboração do plano, um documento gerado a partir de um processo de
148 articulação, movimentação e sensibilização dos atores envolvidos direta ou
149 indiretamente com o saneamento no País aí compreendendo o poder público
150 nas três esferas do governo federal, estadual e municipal, entidades
151 acadêmicas de pesquisa, trabalhadores, empresários ligados ao setor de
152 saneamento, movimentos sociais, ONGs, os segmentos que caracterizam a
153 representação no Conselho das Cidades. Estiveram representados nessa
154 discussão e onde se aprovou pela Resolução do Conselho das Cidades esse
155 documento, pacto de saneamento básico. Posteriormente em 2009, foi editado
156 o Decreto 6.942 de agosto de 2009, o qual estabelece 2009/10 como biênio
157 brasileiro de saneamento básico. Isso porque considerado esse momento
158 como um momento privilegiado de saneamento do País não só por estamos
159 discutindo plano nacional de saneamento básico como também em função de
160 período 2009/2010 ser um momento chave para o PAC um onde diversos
161 empreendimentos entram em uma linha de série conclusão. Daí a percepção, a
162 conveniência de se focar esse período como biênio brasileiro de saneamento.
163 O mesmo Decreto instituiu o Grupo de Trabalho (GT) interinstitucional do qual
164 fazem parte diversos Ministérios e entidades ligadas ao setor do saneamento
165 no âmbito do governo federal para coordenar a elaboração do plano. A partir
166 de então, esse Grupo de Trabalho tem se reunido para discussão do plano
167 acompanhado sempre por um grupo de acompanhamento do Conselho das
168 Cidades. Podemos avançar? Bom, o plano nacional de saneamento básico,
169 ele é o eixo central da ação governamental no cumprimento das diretrizes do
170 saneamento. É o principal instrumento da política de saneamento e tem como
171 premissas a universalização do saneamento básico, a integração de políticas,
172 daí a sua interface saneamento, recursos hídricos, meio ambiente, saúde
173 desenvolvimento urbano e outras políticas que se interagem com o
174 saneamento. A cooperação federativa apoiada aí pela lei os consórcios
175 públicos e a melhoria da gestão do serviço de saneamento e o enfoque
176 especial para o controle social que é bastante caracterizado na Lei de
177 saneamento e no seu respectivo Decreto de regulamentação. O art. 52 da lei
178 coloca que o plano deve conter o plano nacional de saneamento básico,
179 objetivos e metas nacionais regionalizadas de curto, médio e longo prazo para
180 a realização de serviços de saneamento. Aí compreendidos os quatro
181 componentes do saneamento básico: abastecimento de água, esgotamento

182sanitário, manejo de resíduos sólidos e manejo de águas pluviais urbanas.
183Deve conter ainda as diretrizes para o equacionamento desses condicionantes
184sendo que condicionantes de toda a natureza, condicionantes político-
185institucional, econômico-financeiro, jurídico legal, ambientais, administrativos,
186etc. que possam influenciar nos objetivos e metas a ser estabelecidos pelo
187plano. Além disso, o art. 52 da lei diz que o plano deve definir programas,
188ações e as respectivas fontes do recurso para viabilizar a implementação
189desses programas. Além de um sistema que avalie e monitore a eficiência e
190eficácia das ações implementadas. Então, esse é o conteúdo mínimo proposto
191pela lei para o plano nacional de saneamento básico. Já o art. 48 da lei, ele
192define as diretrizes da política nacional de saneamento básico, compreendendo
193equidades social e territorial, desenvolvimento sustentável e eficácia, adequada
194regulamentação, qualidade de vida, saúde e meio ambiente, desenvolvimento
195urbano e regional, adoção de tecnologias apropriadas com foco específico no
196local onde aquela tecnologia ela deve ser implementada a tecnologia para um
197local para um público pode não ser a tecnologia para outro com vista à
198sustentabilidade dos empreendimentos além do planejamento e legibilidade
199por fatores de renda, cobertura, urbanização, concentração populacional,
200disponibilidade hídrica, riscos sanitários, epidemiológicos e ambientais. Ou
201seja, o planejamento das iniciativas a serem priorizadas e a priorização deve
202ter um foco com esses fatores direcionando para os recursos, para ações
203prioritárias que venham a otimizá-las e proporcionar melhoria da qualidade de
204vida da população sempre com foco na população mais carente. As diretrizes
205colocadas para o plano dizem mencionam também a questão da bacia
206hidrográfica, comunidade de referência para o planejamento, a cooperação
207federativa, além da articulação de política de desenvolvimento urbano e
208regional com outras políticas interveniente como habitação, combate à
209pobreza, proteção ambiental, saúde e outras. Já o art. 49 da lei coloca como
210objetivos da política contribuir para a redução de desigualdades, priorizar
211populações de baixa renda, atendimento, foco prioritário para povos indígenas
212tradicionais, populações rurais e núcleos isolados, assegurar o maior retorno
213social das iniciativas, incentivar mecanismos de planejamento, regulação e
214fiscalização, promover alternativas da gestão. Além disso, desenvolvimento
215institucional, científico e tecnológico sempre com foco na minimização dos
216impactos ambientais. Bom. Etapas da elaboração do plano. Como eu já
217mencionei ao final de 2008, foi discutido e aprovado o documento do pacto pelo
218saneamento básico, mais saúde, qualidade da vida e cidadania. Esse é o nome
219do documento eu acho que vários de vocês devem conhecê-lo é esse
220documento já bastante difundido pelo Ministério e por outros Ministérios
221parceiros. A segunda etapa é o panorama do saneamento básico no Brasil.
222Essa etapa está em sua fase de finalização assim como estamos finalizando a
223versão preliminar do plano nacional de saneamento básico. Então, essas são
224as três etapas idealizadas para o plano. O pacto panorama e a partir do
225panorama o plano efetivamente. O pacto como eu já mencionei não vou falar
226de novo é um documento de adesão e compromisso, fruto de articulação,
227vamos lá aprovado pelo Conselho das Cidades. Ele tem como eixos metas
228para universalização, participação e controle social, cooperação federativa,
229integração de política, gestão e sustentabilidade. A linha sempre é a mesma de
230todas as etapas do processo, por favor. Já o panorama, ele é um documento
231bastante denso, ele tem uma abordagem não só da situação físico-operacional,

232das instalações ou da demanda do País, mas ele tem também um foco
233bastante forte na análise política institucional, na questão da gestão,
234capacitação as demais abordagens relativas a uma caracterização das
235condições do saneamento no País. Ele objetiva analisar a situação do
236saneamento enquanto política integrada nos quatro componentes: água,
237esgoto, resíduos e drenagem, em tema de caráter transversal e na articulação
238com as políticas correlatas. O seu conteúdo básico passa pelo marco
239conceitual e metodológico do plano a visão estratégica nos próximos 20 anos
240que é o foco do plano nacional de saneamento prescrito pela lei nacional de
241saneamento básico, ele prevê ele contém um diagnóstico analítico em todas as
242suas abordagens já mencionado, diversos cadernos temáticos, são treze
243cadernos temáticos, nós vamos passar por eles aí rapidamente e contempla
244ainda a versão preliminar do plano. Estamos hoje aguardando a conclusão do
245panorama e, inclusive, já da versão preliminar do plano a qual se pretende
246partir para um processo de consulta pública e discussão com a sociedade.
247Esse trabalho está sob a responsabilidade de um grupo de universidades que
248nos apóiam: Ministério das Cidades e grupo GTI e GA, grupo de
249acompanhamento do Conselho das Cidades na elaboração do plano.
250Coordenação geral é da Universidade Federal de Minas Gerais através o
251professor Leo Eler e temos aí os outros responsáveis, representando a
252universidade da Bahia e Universidade regional federal do Rio de Janeiro . Bom,
253o fluxograma da visão estratégica do plano, a visão estratégica, ela foi
254construída a partir de um amplo debate, diversas oficinas foram realizadas ano
255passado no intuito de se avançar para o que possa ser a visão estratégica.
256Em Belo Horizonte foi realizada uma oficina de seleção de condicionante e os
257impactos e incertezas desses condicionantes. A partir daí fez se uma discussão
258com para definição de hipóteses às quais iriam definir a construção de
259cenários, diversos cenários alternativos foram discutidos. Depois disso, uma
260oficina realizada em Brasília analisou a questão dos atores e o seu papel na
261geração de cenários plausíveis deu-se, então, o desenvolvimento de cenários
262vários deles que no final a gente conseguiu consolidar num número menor, e
263isso foi também houve nesse processo uma consulta Delfim dirigida a vários
264especialistas acho que vários daqui devem ter respondido com foco no
265estabelecimento das metas do plano. Paralelamente foram realizados cinco
266seminários regionais nas quais se buscou o olhar local as peculiaridades das
267diversas regiões do País para integrar essa visão estratégica do plano. Esse
268trabalho, ele orientou não só o diagnóstico no seu aspecto técnico, social,
269econômico e institucional do saneamento no País como está orientando a
270elaboração da versão preliminar do plano. Por favor. Desses seminários
271regionais realizados outubro-novembro do ano passado tivemos um total de
272502 participantes, sendo a maior representatividade do poder público federal,
273equilibrado com municipal. A partir daí representação dos prestadores de
274serviço de saneamento, trabalhadores, movimentos sociais, entidade
275profissionais acadêmicas e de pesquisa, poder público estadual, ONGs, setor
276empresarial ligado ao saneamento e uma pequena parcela de participantes
277onde eles não identificaram em que segmentos se enquadravam. Então, foi
278uma discussão bastante ampla que trouxe bons fluidos para a elaboração do
279plano com enfoque das demandas regionalizadas. Bom, de todo esse processo
280de discussão chegou-se inicialmente a onze cenários. Claro que durante a
281discussão de cenários foram considerados com um nível uma possibilidade de

282ocorrência menor e foram eliminados chegando ao final do processo em três
283cenários. Esses cenários, eles são compostos por diversas condicionantes, e
284para essas condicionantes cada uma delas foram estabelecidas hipóteses, as
285condicionantes são: política macroeconômicas, e aí a hipótese um prevê uma
286situação mais favorável de elevado crescimento em relação à dívida, o PIB
287melhor posicionado, num hipótese dois em política macro econômica orientada
288para o controle da inflação com crescimento menor. Havia uma hipótese mais
289pessimista que foi entendida como não viável no momento. Os cenários
290integrou-se cenários que foram eliminados posteriormente. Outro
291condicionante é papel do Estado, a hipótese mais positiva ver o Estado
292provedor e condutor de serviços públicos enquanto que a outra hipótese já
293prevê uma redução do papel do Estado com privatização de funções essenciais
294e fraca cooperação entre os entes federados e já a hipótese três estado
295mínimo com mudanças de regras regulatórias e conflitos na relação inter-
296federativa. Com relação ao condicionante gestão, gerenciamento e
297continuidade políticas urbanas envolvendo também a questão da participação e
298controle social, a hipótese mais positiva trata de avanços da capacidade de
299gestão com continuidade entre mandatos. Uma hipótese intermediária,
300hipótese dois, políticas de Estado contínuas e estáveis. Enquanto que a
301hipótese três prevê a prevalência de políticas de Governo e não de Estado.
302Sob condicionante investimento do setor, a hipótese mais positiva, a um, prevê
303crescimento do patamar de investimentos públicos submetidos ao controle
304social, a hipótese dois a manutenção do atual patamar de investimentos, com
305algum critério do planejamento, e a hipótese três diminuição do atual patamar
306sem critérios de priorização de recursos, eles sendo priorizados com enfoque
307puramente político que seria um cenário mais negativo. Sob condicionante
308matriz tecnológico, disponibilidade de recursos hídricos, a hipótese um ela
309prevê um desenvolvimento de tecnologias apropriadas e ambientalmente
310sustentáveis, a hipótese dois a adoção de tecnologias sustentáveis porém de
311forma dispersa e a hipótese 3 soluções não compatíveis com as demandas e
312as tendências. Bom, o que são os cenários? Os cenários eles são estruturados
313a partir da junção de alternativas, hipóteses. O cenário um que é o mais
314positivo ele admite integralmente a hipótese um, ou seja, ele é mais positivo
315mais otimista em qualquer que seja o condicionante, no entanto, seja na
316política macroeconômica no papel do Estado, na condição da política, na
317questão de gestão, e o investimento matriz tecnológica é sempre o mais
318positivo possível. O cenário dois ele é intermediário ele parte de uma política
319que não é a situação ideal, é uma política orientada por controle da inflação
320porém ele é uma relativa redução do papel do Estado porém ele avança na
321questão da gestão com continuidade entre mandatos volta aqui para hipótese
322dois o manutenção do atual patamar de investimentos e não aumentos e prevê
323a questão de desenvolvimento tecnológico apropriado e sustentável. E a
324hipótese e o cenário três ele perpassa toda a hipótese dois num cenário mais
325intermediário, ou seja, os 3 cenários e um deles chega ser pessimista. Os
326pessimistas acabaram sendo descartados dentre os 11 originalmente previstos.
327Isso aí ocorreu como eu já mencionei em amplas discussões em diversas
328oficinas com especialistas e técnicos do setor, ou seja, houve uma avaliação de
329que estaríamos indo numa linha ascendente e não descendentes ou de
330manutenção da condição atual. E o cenário vencedor foi realmente o cenário
331um totalmente positivo. Por favor. Bom, com relação ao panorama, ele tem a

332sua maior parcela voltada para o diagnóstico das condições do saneamento do
333País, e envolvendo estudo da cobertura déficit, indicadores passando, inclusive
334pela discussão do conceito de cobertura e déficit o que é considerado
335cobertura, o que se admite plausível ou não, força séptica é ou não é (cá entre
336nós claro que é) para situações com relativa adensamento populacional
337condições locais que permitam a sua utilização ele é considerado cobertura,
338tecnicamente correta. A questão de cisternas entende-se hoje como uma é um
339atendimento, mas, porém é um acesso precário espera-se que no futuro essa
340condição mais hoje um ocorrência maior no semi árido eu possa ser
341implementado um sistema mais confiável e mais seguro com relação à
342qualidade da água fornecida e por aí a fora ouve um ampla discussão sobre o
343que à déficit e o que é cobertura efetiva. Além disso, o diagnóstico envolveu a
344análise dos atuais programas e ações do Governo Federal com foco na
345reestruturação desses programas para o que seria a proposta de plano
346nacional de saneamento básico e sua versão preliminar. Além da avaliação
347institucional e de gestão. Então, esse é o conteúdo básico do diagnóstico além
348dos cadernos temáticos que também compõem o panorama. Diversos temas
349foram amplamente conceituados, abordados, amplamente colocados e em
350cadernos com esses diversos temas envolvendo temas desde universalização,
351integralidade e equidade, territorialização, aspectos econômicos, saneamento
352rural, área Indígena e comunidades tradicionais, o Sinisa, que é o sistema
353nacional de informações em saneamento existe um caderno temático que
354compõe o panorama de saneamento tratando especificamente desse assunto,
355desenvolvimento tecnológico, questão metropolitana, envolvimento
356institucional, capacitação e por aí a for. São 13 cadernos temáticos que estão
357já em fase de revisão final para serem em breve disponibilizado para
358conhecimento público. Bom, a estrutura da versão preliminar do plano que é a
359etapa final do panorama do saneamento básico. Ela essa estrutura está
360concebida numa introdução, a partir em seguida bases conceituais,
361esclarecendo bem esses conceitos de universalização, integralidade, equidade
362porque eles são importantes para o entendimento da discussão e para o
363entendimento das propostas do plano. Em seguida, o plano a versão
364preliminar do plano aborda a análise situacional do setor saneamento, ou seja,
365é um extrato do panorama, o panorama como um todo é um conjunto de 7
366volumes no qual se fez um sumário Executivo vamos dizer assim até mesmo
367para viabilizar um processo de discussão popular , e uma parte desse versão
368preliminar é a análise situacional envolvendo o déficit do setor saneamento no
369País , os programas e ações hoje implementados pelo Governo Federal , os
370investimentos realizados pelo Governo Federal nos últimos anos e a avaliação
371política institucional hoje colocada da situação hoje colocada. , além disso, ele
372avança no sentido dos cenários, cenários que vão determinar como a gente já
373mencionou rapidamente aqui, construída através de hipóteses que vão orientar
374o cenário para 2030 que é o horizonte previsto para o plano. , além disso, a
375definição de metas de curto médio longo prazos conforme prescreve a Lei do
376saneamento necessidade de investimentos para a execução do plano, macro
377diretrizes e estratégias que permitam a execução das metas, propostas, os
378programas e ações propostos para o Governo Federal além de diretrizes para o
379monitoramento e avaliação sistemática dos programas e ações implementadas.
380Hoje o setor do saneamento ele está estruturado em termo do PPA vigente de
3812008/2011 em alguns programas envolvendo serviço urbanos de água, esgoto,

382resíduos sólidos urbanos, drenagem urbana sustentável, saneamento rural, e é
383programas esses, o que plano prevê uma reorganização. O foco hoje colocado
384na versão preliminar do plano seria 3 grandes programas um programa voltado
385para o saneamento de forma integrada envolvendo os 4 componentes, um
386programa voltado para saneamento rural e um programa inovador e que nós
387consideramos de extrema necessidade voltado para ações estruturantes seria
388um programa voltado para iniciativas estruturantes que apoiem as estruturais,
389ou seja, não basta se fazer obra, investimento direto em empreendimento de
390saneamento, há que se investir em capacitação, em desenvolvimento
391institucional, em diversos outros fatores que vão viabilizar a sustentabilidade
392dos empreendimentos a serem realizados. E concluindo, as diretrizes para o
393monitoramento de programas e ações em que a versão preliminar do plano faz
394uma abordagem macro numa linha de diretrizes prioritárias para o sistema de
395monitoramento. Hoje em que momento estamos? Passamos já no ano de 2008
396por debates com especialistas, avaliação da outros planos também em 2008 a
397definição de diretrizes a partir da Câmara do Comitê técnico de saneamento
398ambiental do Conselho das cidades diretrizes para a elaboração do plano,
399Constituição do Grupo de Trabalho e o grupo de TI e o grupo de
400acompanhamento do conselho das cidades, estabelecido por portaria em 2008,
401a discussão e aprovação do pacto pelo saneamento ao final de 2008, a
402elaboração do panorama do saneamento que foi desde agosto de 2009 espera-
403se finalizá-lo em agosto de 2010 seminários regionais realizados outubro e
404novembro do ano passado. A elaboração do plano agora prevê ao recebermos
405a versão preliminar do plano ela ser disponibilizada para consulta pública via
406Internet. Paralelamente estariam sendo realizados seminários regionais para a
407discussão do conteúdo dessa versão preliminar bem como a apresentação da
408versão preliminar aos diversos Conselhos, CONAMA, CNRH, Conselho das
409Cidades, além de Conselho Segurança Alimentar e Conselho de Política para
410as Mulheres. São 5 Conselhos que se pretende levarem discussão ao plano
411nacional. De saúde. Esqueci dele. Além disso, se prevê a partir desse processo
412de discussão a sistematização das contribuições com vistas a consolidação do
413plano nacional de saneamento básico. Isso plano seria então, submetido à
414aprovação do Conselho das cidades eu se espera à homologação dele pelo
415Presidente da República. Trabalhamos com a expectativa de que isso ainda
416ocorra até o final deste ano. A partir do ano que vem, se espera um
417detalhamento Executivo para os programas e ações do Governo Federal e o
418detalhamento do sistema de monitoramento e avaliação do plano. A idéia é nós
419levamos para a aprovação dos Conselhos e homologação do Presidente da
420República um plano que seja macro, mas que não seja operacional a nível de
421nós termos dificuldades de fazer ajustes porque ele está homologado via
422Decreto presidencial e não pode ser alterado . A idéia é um plano permanente
423um plano que seja construído e discutido e monitorado e reconduzido às
424iniciativas para que os seus rumos sejam sempre avaliados e implementados.
425Então, nessa linha até mesmo porque a própria política de saneamento prevê
426um plano revisado revista a cada 4 anos. Então, tendemos que tem que ser
427algo flexível para as mudanças. Então, o detalhamento operacional viria na
428etapa seguinte após a aprovação e homologação. Eu acho que é isso. Eu
429estou aqui à disposição caso queiram alguns esclarecimento adicional fiquem à
430vontade. O nosso colega Alexandre do Ministério não sei se ele gostaria da
431complementar alguma coisa alguma observação a fazer. Não? A nossa

432expectativa é que nós consigamos fechar a versão preliminar do plano ainda
433em agosto e aí a nossa expectativa é de que em setembro ocorra a consulta
434pública. Colocado o documento, disponibilizado na Internet, dias depois nós
435estaríamos iniciando seminários regionais para discussão do conteúdo do
436documento. Muito obrigada.

437

438

439**A SRª DANIELA BUOSI ROHLFS (MINISTERIO DA SAÚDE)** - Dando
440seqüência então, à nossa pauta, na ordem do dia hoje nós temos a
441regulamentação da movimentação interestadual de resíduos perigosos para
442apreciação e deliberação da minuta de Resolução resultante de um Grupo de
443Trabalho ad doc que foi realizado sob coordenação da Zilda. Você vai
444apresentar?

445

446

447**O SR. NÃO IDENTIFICADO** - Eu quero dar bom dia aos conselheiros antes de
448dar início aqui a este ponto de pauta. Estou solicitando aqui a presença do
449Presidente para uma breve informação. Nós estamos prevendo e sugerindo à
450Câmara que após a discussão e a aprovação dessa Resolução, sob o
451movimentação interestadual de resíduos, eu vou pedi que os Conselheiros
452guardem um pouco para tratarmos aqui na Câmara a respeito da política
453nacional da resíduos sólidos, eu quero fazer um breve reflexão aqui com a
454Câmara técnica que eu acho que seria oportuno, Presidente, para a gente. Nós
455estamos prevendo a sanção presidencial para o dia dois de agosto e aí eu
456acredito que a oportunidade aqui dessa Câmara estar se realizando já
457praticamente às vésperas é interessante que como nós vamos tratar isso aqui
458no âmbito dessa Câmara Técnica, o tema enfim que é atinente a este Câmara.
459O Ministério do Meio Ambiente já vai dar início tão logo seja sancionada a lei
460um processo de preparação e discussão de um Decreto de regulamentação.
461Então, a respeito desse tema que apenas eu atrasei um pouco não pude
462chegar no momento que vocês estavam discutindo a pauta é apenas para
463solicitar que a gente terminada a discussão da Resolução nós adentramos um
464pouco nesse tema e faça um encaminhamento no âmbito da Câmara Técnica
465até pedir o auxílio da Ideli, da secretaria nacional da recursos hídricos e
466ambiente Urbano e também da Zilda nessa discussão sobre a política nacional
467de resíduos sólidos eu não sei se é possível Sérgio Gonçalves se ele estiver ai
468da um chegada, está viajando né, mas alguém da SRHU que vai ser um das
469áreas pilotos que vai pilotar essa discussão do Decreto de regulamentação da
470política de resíduos, e a Zilda também está acompanhando um pouco nós só
471vemos como é que nós fazemos essa relação entre Ministério e o CONAMA
472por intermédio da Câmara Técnica. Isso após a discussão da movimentação de
473resíduos. Pode ser? Está bom. Obrigado.

474

475

476**A SRª ZILDA VELOSO (MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE)** - Conforme
477solicitado por esta Câmara Técnica nós nos reunimos e fizemos uma proposta
478de acordo com as orientações também passadas pela Câmara de Assuntos
479Jurídicos uma proposta de inversão da resolução de movimentação de
480resíduos. Restringindo aqueles aspectos realmente que eram necessários. Foi
481uma boa limpeza que foi feita e conseguimos nos reunir e chegar a algumas

482 conclusões boas para poder finalmente aprovar essa Resolução. Ela ficou
483 conforme vamos passar direto ao texto. Não tem tanto discurso nós fizemos o
484 que foi pedido e agora está aqui para os Conselheiros debaterem e sugerirem
485 aprovarem ou não o que foi feito. Fizemos algumas inserções perdão algumas
486 retiradas de considerados, modificamos também a ementa em função do novo
487 texto existia essa versão limpa, foram retirados dois considerados e
488 permaneceram outros dois. Então, os que foram retirados foram aqueles que
489 tinham sido solicitados pela Câmara de Assuntos Jurídicos por não se aterem
490 diretamente ao que dizia a Resolução. Esses dois foram os que ficaram.
491 Então, considerando a necessidade de minimizar riscos ao meio ambiente, à
492 saúde pública decorrentes da movimentação de resíduos perigosos,
493 considerando a necessidade de se obter informações referentes à
494 movimentação de resíduos perigosos no País para fins de gerenciamento e
495 gestão pública resolve: art. 1º, dispor sobre essa Resolução dispõe sobre a
496 obrigatoriedade de fornecimento de informações referentes à movimentação de
497 resíduos perigosos por meio da base de dados do cadastro federal de
498 atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos naturais, C T F
499 no ato do preenchimento do Relatório Anual das atividades pelos geradores,
500 transportadores e destinadores . O art. 2º é um artigo que trata das definições,
501 algumas definições foram então, adaptadas a esse novo texto outras foram
502 retiradas. Restaram-nos 4 definições, movimentação de resíduos perigosos e
503 a transferência de resíduos perigosos realizados em território nacional para fins
504 de destinação ambientalmente adequada o gerador de resíduos perigosos e a
505 pessoa física ou jurídica de direito público ou privado que por meio de suas
506 atividades geram resíduos perigosos que iniciam o processo da movimentação,
507 o transportador de resíduos perigosos é a pessoa física ou jurídica da direito
508 público ou privado que realiza a movimentação de resíduos perigosos entre
509 geradores e destinador e o destinador de resíduos perigosos é a pessoa física
510 ou jurídica da direito público ou privado que exerce atividades de destinação
511 ambientalmente adequada de resíduos perigosos e que finalize o processo de
512 movimentação . O art. 3º especifica que as informações descritas no art. 1º
513 deverão ser declarados no CDF coordenado pelo Ibama em formulário
514 específico esse formulário não existe hoje o § único o IBAMA deve
515 disponibilizar até 31 de março de 2011 isso foi consultado ao Ibama na reunião
516 ele respondeu que nessa data seria possível. O formulário específico
517 mencionado no caput para declaração das informações a partir do exercício de
518 2011. O art. 4º tem o conteúdo mínimo os senhores se recordam que nós
519 havíamos nós tínhamos na versão anterior um anexo um anexo onde eram
520 descritas as informações em forma de formulário. Então, nós fizemos aqui uma
521 mudança essas informações foram resumidos, o IBAMA pode colocar um
522 pouco mais um pouco menos, mas basicamente são essas informações
523 mínimas que devem conter esse novo relatório deverá elaborar anualmente um
524 relatório de movimentação de resíduos perigosos contendo. Eu cometi uma
525 falha aqui essas informações só o que IBAMA deverá disponibilizar. Então,
526 certamente serão as informações que o IBAMA deverá colocar no relatório
527 específico a ser preenchido pela empresa, mas isso aí é que IBAMA vai
528 disponibilizar para a sociedade em termos de tipo de movimentação de
529 resíduos perigosos. Cometi uma falha. Troquei aqui um pouco. Mas, isso é que
530 o IBAMA anualmente deverá apresentar e divulgar pelo seu sítio na Internet,
531 impresso então deverá conter o tipo de resíduos perigoso, o número de risco, o

532 número da ONU, a quantidade em volume ou massa dependo do tipo de
533 resíduo, a tipologia de atividade do gerador, a tipologia de atividade do
534 destinador, finalidade da movimentação e unidade da federação para origem e
535 destino do resíduo. § único o relatório mencionado no caput deverá ser
536 apresentado pelo IBAMA na segunda Reunião Ordinária do CONAMA. Art. 15 ,
537 entrem vigor na data da sua publicação. Como os senhores podem ver ela foi
538 bem enxugada e é trazida agora para debate. Não sei se o André trabalhou
539 trabalhamos juntos na relatoria e coordenação foi um trabalho bem informal
540 que a gente tem que agradecer a participação daqueles que nós fizemos uma
541 reunião no meio do um jogo do Brasil. Então, nós tivemos que correr.
542 Começamos cedo fomos até a hora do almoço, mas foi um trabalho bastante
543 produtivo. Não sei se o André... Nós estávamos com muito gás no segundo
544 dia. Infelizmente nos não conseguimos ir até o final, mas no nosso trabalho
545 aqui nos terminamos a nossa tarefa.

546

547

548 **O SR. ANDRÉ SARAIVA (ABINE, FIESP, CNI)** - O trabalho foi importante num
549 primeiro aspecto depois de toda a discussão que houve na Câmara Técnica
550 porque ele trazia um conflito de comportamento. Ele trazia lá na ementa inicial
551 dele uma visão de obrigatoriedade de fornecimento de informação depois ele
552 traçava um comportamento de licenciamento e depois ele trazia no escopo dele
553 ao longo do art. 4º do terceiro um caráter de autorização. Então, a CTAJ fez um
554 trabalho muito importante e que acabou direcionando o nosso comportamento
555 de ter um cerne essa discussão e a importância dessa Resolução. E aí no
556 começo dos debates de manhã nós tratamos de focar qual seria o conceito, o
557 objeto dessa Resolução. Então, se o objeto era da informação, não acabaria ao
558 longo desse instrumento nós citamos o processo de licenciamento nem de
559 busca de autorização. Com o instrumento já implementado do sistema é o CTF
560 e a indústria hoje seja ela geradora transportadora recicladora já navega dentro
561 do Relatório Anual de atividades, o objetivo era tentar formar um procedimento
562 padrão de que anualmente esses 3 atores gerador, transportadores e
563 reciclador estariam inseridos nessa informação. Descobrimos ao longo desse
564 debate também de que o IBAMA que opera era o CTF precisava do prazo para
565 gerar esse comportamento. Então, as datas foram estabelecidas de acordo
566 com o cronograma de atividades do IBAMA, quer dizer, o documento também
567 respeita o processo interno da casa vamos dizer Governo para gerar essas
568 informações. E no mínimo dessas informações colhidas podem precisaríamos
569 de um prazo de um técnico para serem expostas e um local favorável que seria
570 a Plenária do CONAMA para demonstrarem em cima desses números
571 demonstrados aí sim nós poderíamos estar trabalhando num plano de
572 prevenção num plano de entender num primeiro cenário como o Brasil se
573 movimenta com os seus resíduos perigosos. O que gera como transporta por
574 onde transporta e onde recicla. Então, esse primeiro ano de inventário sei o
575 que pessoal da ANVISA olha com carinho essa informação porque é uma
576 forma de prevenir, mas eu acho que antes de nós tentarmos traçar uma linha
577 corte de tentar mexer no caráter da informação para o caráter da autorização,
578 nós deveríamos primeiro conhecer o que está sendo feito hoje por onde quais
579 são as rotas e quais são esses riscos eu acho que publicação desse
580 instrumento traz de forma tácita a todos os envolvidos esses cenários de
581 análise e de inventário. Obrigado.

582

583

584**A SRª DANIELA BUOSI ROHLFS (MINISTERIO DA SAÚDE)** - Estão abertas
585as discussões. Algum Conselheiro quer fazer algum comentário? Perguntas?

586

587

588**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**
589**Minas Gerais)** – Bom inicialmente eu quero cumprimentar a equipe que fez
590esse trabalho, Zilda, no seu nome do André realmente muito bom certamente o
591jogo deve ter inspirado bem, o objetivo. Mas, infelizmente eu tinha indicado o
592nome da Angelina, ela não pôde participar, está de férias, está lá apresentando
593o mestrado dela e enfim, mas de todo jeito eu a pede para analisar e ela
594analisou e me mandou um e-mail só que no e-mail ela pôs algumas
595observações (x1 x2), mas não escreveu o que era. Então, eu liguei para ela
596agora ou depois vou pedir esse pessoal para eu ir lá pegar aqui abrir no e-mail
597ficou de me mandar agora essa observação dela porque uns 10 anos é que
598vem coordenando isso em Minas Gerais, mas de toda maneira eu tenho
599algumas observações. Então, eu começaria com minhas observações.
600Primeiro no considerando, Zilda, até uma dúvida, mas considerando. Nós
601discutindo lá no nosso subgrupo de resíduo elétrico-eletrônico, a lembrança
602que eu tenho é que até não sei se você foi própria, mas alguém do Ministério
603com base na Lei de nacional de gestão de resíduos fez uma diferenciação
604entre gerenciamento gestão. E para nós ficou claro que nos do poder público
605fazemos uma gestão. O gerenciamento quem faz é quem opera. Então, no
606segundo considerando eu estava entendendo que considerando é o estado de
607obter informações referentes à movimentação de resíduos para fins de gestão
608não seria só de gestão pública ou de gerenciamento também? Eu ache que ai
609no que caso gerenciamento ou talvez possa ser porque a informação vai ser
610pública, e os gerenciadores podem ter interesse é isso? É só tirar essa dúvida.

611

612

613**A SRª ZILDA VELOSO (MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE)** - Nós discutimos
614isso. Depois você... Isso é correto.

615

616

617**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**
618**Minas Gerais)** – A gestão pública e o gerenciamento.

619

620

621**A SRª ZILDA VELOSO (MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE)** - Inverte a ordem
622dele então porque as informações geradas vão servir para ambos. Troca de
623ordem só.

624

625

626**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**
627**Minas Gerais)** – A minha segundo observação, só firula, nada que prejudique,
628é que no art. 2º item um está definição movimentação de resíduos perigosos, aí
629usa o termo transferência. Mas, depois na definição não usa transferência usa
630transportador. Então, eu fiquei achando que por coerência aqui movimentação

631resíduos perigosos transporte de resíduos perigosos. Sabe por é uma questão
632da coerência.

633

634

635**A SRª ZILDA VELOSO (MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE)** - Aí tem um
636senão. Porque a legislação da ANTT trata da regulamentação do transporte de
637resíduos perigosos por isso que nós procuramos omitir a palavra “transporte”
638do texto e usar transferência. Não sei.

639

640

641**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**
642**Minas Gerais)** – Porque eu poderia perguntar o que é transferência? Se eu
643pegar o resíduo e colocar aqui se eu for ao pé da letra vai ser transferência,
644porque fala transferência de resíduos perigosos realizados no território
645nacional. Se eu tirar meu tambor do galpão aqui e colocar aqui eu transferi.
646Como transportador você definiu que a pessoa física ou jurídica eu ao sei se
647precisaria definir transferência ou mudar lá de transferência para transporte. Eu
648acho que nós devíamos pensar refletir sobre essa incoerência.

649

650

651**O SR. NÃO IDENTIFICADO** - É que a contribuição do José Cláudio é
652importante, e eu acho que se nós mudarmos para transporte eu acho que
653raciocínio de José Cláudio está correto porque se você fizer dentro da mesmo
654área você fez um transferência. Então, você ainda está dentro de um perímetro
655seu dentro de mesmo caracteriza de CNPJ e de responsabilidade. Então,
656quando você traz para transporte significa que naquele momento você
657caracteriza a mudança externa de agentes.

658

659

660**A SRª DANIELA BUOSI ROHLFS (MINISTERIO DA SAÚDE)** - Deixa eu só
661fazer um questionamento vocês tiveram algum tipo de questionamento quanto
662à utilização da palavra transporte ou foi um selo do grupo ou a Câmara Técnica
663de Assuntos Jurídicos questionou a utilização de transporte.

664

665

666**A SRª ZILDA VELOSO (MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE)** - Foi no próprio
667grupo que nós discutimos. Já tinha tido antes durante as reuniões do Grupo de
668Trabalho porque havia um representante do Ministério dos transportes, mas eu
669já não me recordo mais qual área aquela última versão exatamente se falava
670nisso ou não, mas o nosso cuidado foi sempre não falar nisso mas eu não sei
671eu acho que as ponderações foram bem colocadas . Eu acho que isso.

672

673

674**O SR. RICARDO LOPES GARCIA (Representante da Confederação**
675**Nacional das Indústrias)** - Mais na realidade nós estamos falando sobre o
676transporte. Então, não estou não vejo porque na verdade as informações são
677sobre transporte. O que André falou é realmente problema porque vamos supor
678que vai transportar por palete você coloca os tambores por palete de um lado
679para o outro. E uma transferência. Então, aqui pode dar essa dicotomia de

680informação, na realidade, nós falamos sobre transporte. Então, não sei se tem
681algum problema deixar a palavra transporte.

682

683

684**A SRª DANIELA BUOSI ROHLFS (MINISTERIO DA SAÚDE)** - Podemos
685então fazer no texto essa alteração? Já está aí? Entendi. O novo texto está
686na tela estão todos de acordo. Então, a movimentação de resíduos perigosos
687ficaria transporte de resíduos perigosos realizado em território nacional para
688fins de destinação ambientalmente adequada. Todos de acordo?
689Questionamento é se deveria ser interestadual.

690

691

692**O SR. ANDRÉ SARAIVA (ABINE, FIESP, CNI)** - Quando nós tiramos a figura
693do interestadual é porque o relatório ficaria defasado se nós omitíssemos a
694geração e a reciclagem municipal interna no Estado. Porque eu só quero prevê
695no começo havia um erro de conceito eu só queria saber o que sai do Acre e
696vem do Paraná. Desculpa mas o que acontece no Acre seja de geração seja de
697transporte, ou seja, de reciclagem eu também quero saber. Então ai a gente
698suprimiu e falou: está todo mundo no bolo, no território nacional. Porque senão
699é um inventário que é o nosso objetivo no primeiro ano vamos dizer que em
7002011 com a publicação de relatório a Anvisa sempre falou legal. Agora eu vou
701fazer um relaciono sobreposição do que está sendo gerado, sobre quais são as
702rotas e onde está sendo reciclado aqui eu tenho um manancial, aqui eu tenho
703uma rota a ser definida, rota de risco vai ajudar mapear. Eu acho que vai trazer
704um inventário claro para isso.

705

706

707**A SRª JANAINA JULIANA M. C. DA SILVA (MINISTERIO DA SAÚDE)** -
708Janaina, Ministério da Saúde: André, nós discutimos essa Resolução várias
709vezes lá na saúde e assim é entendemos o objetivo dela, mas ela não me
710parece que em momento nenhum você consegue definir rotas com ela. Você
711só simplesmente só do onde vai para onde vai. Então, não tem início e fim, não
712tem como definir por onde foi?

713

714

715**O SR. ANDRÉ SARAIVA (ABINE, FIESP, CNI)** - Mas quando eu olho no
716cadastro.

717

718

719**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**
720**Minas Gerais)** – Nós definimos.

721

722

723**O SR. ANDRÉ SARAIVA (ABINE, FIESP, CNI)** - Quando você caracteriza um
724gerador e você caracteriza um reciclador, duas informações muito importantes
725são as coordenadas geográficas de onde elas estão posicionadas. Isso quando
726você faz.

727

728

7290 **SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**
730**Minas Gerais)** – Está previsto no art. 4º, ele tem que disser vou sair de tal
731lugar de tão coordenada. É igual o GPS. É igualzinho ele tem que mandar a
732rota dele.

733

734

735**O SR. ANDRÉ SARAIVA (ABINE, FIESP, CNI)** - Até porque tem, se você
736determina isso você, por exemplo, pode não mais permitir o fracionamento de
737uma coleta. Então, eu tenho o mesmo resíduo com 3 geradores dentro do
738Estado com um único objetivo, entendeu, de levar para esse reciclador que
739está em outro estado. Se eu fizer isso na primeira autorização, na primeira
740base de dados eu elimino mapear e, às vezes, eu estou fazendo um raciocínio
741errado, eu estou dizendo que está saindo daqui e indo para cá, quando
742completando, passando por outros dois lugares é isso que eu quero saber: a
743rota. E isso eu vou obter. Se essa informação faltar, eu acho assim a olhos da
744visão de quem opera hoje no mercado. Eu transporto bateria chumbo, ácidos
745no Brasil inteiro para o Paraná. Então, não tem como eu não trabalhar nesse
746sentido das principais rotas disso mapeado até porque o custo operacional meu
747frete é calculado pela menor distância com maior segurança. É assim que eu
748diminuo meu custo de apólice. Quando eu olho para um transporte de resíduos
749perigosos e eu tenho que valorar esse resíduo em questão de seguro, e eu que
750pagar a minha apólice, vamos dizer de um sos cotec, que em caso de um
751acidente faria reparação do dano vamos entender dessa forma eu minimizo os
752meus custos quando eu defino a rota mais segura com isso eu coloco mais
753longe a minha apólice. Então, tudo que você faz dentro de risco ou em horário
754de risco a minha apólice está mais próxima da minha carga, portanto, ela tem
755um valor, o ideal está muito maior no custo meu operacional. Então, o que é
756inteligência nesse momento, distanciar a apólice da minha operação, como eu
757faço isso, quando eu crio mecanismo de segurança. Esse foi um dos
758entendimentos das agências de seguro.

759

760

761**A SRª DANIELA BUOSI ROHLFS (MINISTERIO DA SAÚDE)** - Daniela, do
762Ministério da Saúde, eu entendi, mas a minha preocupação fica eu estou
763entendendo que todos os lados estão colocando, mas a rota porque por onde
764passou esse caminhão ele não está especificado ali na verdade eu sei de onde
765ele sai para onde ele vai. Agora se ele quiser de A para B passando pelo C é
766porque eu não acho ali. Eu não acho ali. É porque não tem nem o 10. Está ali
767no quarto.

768

769

770**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**
771**Minas Gerais)** – Eu estou achando que é na versão limpa. Desculpe gente. É
772porque eu achei que ela queria fazer um comentário sobre a rota, quando na
773verdade nem tem. Na minha tem.

774

775

776**A SRª DANIELA BUOSI ROHLFS (MINISTERIO DA SAÚDE)** - A sua já está
777complementando o que nós estamos colocando. Então a questão é quando nós
778tratamos com quem vai trabalhar, André, com questão do seguro, de apólice, a

779lógica está certinha provavelmente nós vamos ter, mas não está constando
780obrigatoriedade de informar. Agora, quando nós tratamos com pequenos
781transportadores não vai ter isso. O cara vai transportar, mas vai dar uma
782passadinha na casa da mãe, entendeu, nos não vamos ter essa rota. A
783realidade que nós temos é essa. E os acidentes que nós acostumamos ver,
784chamar de acidente é uma gracinha, mas despejo que a gente costuma ver
785porque o cara passa onde quer. Então, nos não temos essa rota bem definida.
786Para nós da saúde, para nós começamos a fazer a sobreposição eu ia dizer,
787quer dizer, nós vamos ter todo esse sistema, mas sistemas não conversam,
788eles foram feitos antes socialmente justamente para não conversar ninguém
789com ninguém. A gente precisa ter essa informação na saúde porque quem faz
790o gerenciamento da questão de populações expostas em caso de acidentes
791com produtos perigosos somos nós, justamente o meu departamento quem faz
792isso. E essa possibilidade de correlação de que nós quisermos hoje nós temos
793instrumento para isso que é um instrumento chamados mapas interativos que
794seria possível nós fazermos essa correlação, mas esses nós não tivemos essa
795previsão da rota e aqui não está previsto nós não conseguimos fazer.
796Relacionar com manancial, com população.

797

798

799**A SR^a ZILDA VELOSO (MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE)** - Deixa eu fazer
800um esclarecimento. Infelizmente o representante do IBAMA não está presente.
801Mas, nós chegamos a discutir isso na reunião. O que nós estamos falando no
802artigo 4º é o relatório o que IBAMA vai ter que fazer. Até onde eu sei o IBAMA
803hoje não tem condições do colocar isso em mapas. Ele não tem essa
804intersecção com uma base cartográfica. Então, você estaria exigindo nós
805tivemos esse questionamento anos atrás dentro do IBAMA quando montamos
806áreas de risco para fins de acidente e emergências ambientais. Então, seria
807uma exigência que não poderia entrar em vigor na data que nós estamos
808prevendo. Então, ela não é menos importante, eu acho que é importante, mas
809seria uma coisa para se trabalhar no futuro. Hoje o IBAMA não tem condições
810de colocar. Então, não adianta nada o sujeito dá a informação sobre a rota dele
811se eu vou transcrevê-la em um relatório como? Qual é a rota mais, eu vou ter
812que fazer uma avaliação em cima de possíveis rotas e mapear isso. Olha, o
813que vocês estão querendo é importantíssimo, mas eu fui a uma reunião dez
814anos atrás do GIPOT eles já estavam querendo fazer isso. Não conseguiram
815fazer até hoje. Então, tecnicamente dentro da estrutura que nós temos,
816desculpem, eu estou falando IBAMA de dois anos atrás. Infelizmente o
817representante do IBAMA, eu já liguei para lá, disseram que estava vindo, mas
818não veio até agora. Mas eu isso não é possível colocar no cadastro. Então não
819adianta nada nos colocarmos isso como exigência hoje, se eu não tenho como
820transcrevê-la em dado plausível. Vai ser só um dado para ser colocado no
821cadastro.

822

823

824**A SR^a DANIELA BUOSI ROHLFS (MINISTERIO DA SAÚDE)** - Só uma
825questão de ordem está pedindo a palavra, eu já passo para você.

826

827

828 **O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**
829 **Minas Gerais)** – Nós vamos começar do último artigo ou vamos começar do
830 1º. Então, eu acho que nós poderíamos voltar ao 1º porque nós estamos
831 discutindo o artigo quarto. Eu quero saber uma questão de ordem. Nós vamos
832 começar do fim ou vamos começar do começo? Então, não vamos discutir rota
833 agora.

834

835

836 **A SRª DANIELA BUOSI ROHLFS (MINISTERIO DA SAÚDE)** - Então vamos
837 deixar para depois, quando chegar aí eu faço o comentário que deveria fazer.

838

839

840 **O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**
841 **Minas Gerais)** – Porque é o artigo quarto que diz. São onze informações.

842

843

844 **A SRª DANIELA BUOSI ROHLFS (MINISTERIO DA SAÚDE)** - Então, por
845 favor, voltemos a ler a proposta aprovada. Artigo 2º, para definição de
846 movimentação de resíduos perigosos. Dando sequência, por favor, é alguém
847 tem algum comentário para fazer nos itens 2, 3 e 4? Eu não vou reler todos
848 novamente porque a Zilda já leu na íntegra a Resolução, está bem?

849

850

851 **O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**
852 **Minas Gerais)** – No dois, eu tenho uma dúvida. Tem a definição de geração
853 de resíduos perigosos. Pessoa física ou jurídica de direito público ou privado
854 que por meio de suas atividades geram resíduos perigosos. Para mim ponto. E
855 que inicia o processo, quer dizer, quem não início seria o não gerador? Não sei
856 por que e que inicia o processo de movimentação. Gerador é aquele que gera,
857 iniciando ou não o processo de movimentação. Porque, senão eu leio e falo
858 assim: não iniciei, não sou gerador.

859

860

861 **A SRª ZILDA VELOSO (MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE)** - José Cláudio,
862 esse aí foi um purismo colocado mais para identificar quem vai dar informação
863 inicial dentro do cadastro sobre o assunto, mas fica a critério dos senhores. É
864 realmente uma elucidação de quem vai iniciar, mas isso é o óbvio.

865

866

867 **O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**
868 **Minas Gerais)** – Mas na definição então coloca isso lá em baixo. Mas não
869 posso dizer que gerador é só aquele que inicia. Porque aí o cara vai dizer: “não
870 iniciei não sou gerador”. A própria Resolução do CONAMA está dizendo que
871 para ser gerador tem que iniciar e isso é fundamental.

872

873

874

875 **O SR. WELLINGTON HEBERLING (ANAMA/Centro-Oeste)** - Pensando ainda
876 no item um, movimentação de resíduos perigosos, eu sugiro a troca da palavra
877 transporte pelo deslocamento. Lembrando que movimento é a mudança da

878local. Então, seria o deslocamento de resíduos perigosos realizados em
879território nacional. E transportador é aquele que realiza esse deslocamento que
880é sinónimo de movimento também. No lugar de transporte, eu colocaria
881deslocamento de resíduos.

882

883

884**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**
885**Minas Gerais)** – Questão de Ordem. O votado nós vamos voltar à atrás?

886

887

888**A SRª DANIELA BUOSI ROHLFS (MINISTERIO DA SAÚDE)** - No item dois já
889foi votado foi aprovado e eu perguntei se os conselheiros tinham alguma
890manifestação. Então vamos ao tempo de que cada item é votado, aprovado.
891Porque senão a gente não avança. Está proposta está aprovada conforme
892descrito ali em cima. Então vamos seguir. A proposta de Minas Gerais para o
893item dois é que fique o seguinte texto: gerador de resíduos perigosos: pessoa
894física ou jurídica de direito público ou privado. Eu vou ficar louca com vocês
895mexendo este texto. Se eu ficar vesga, a conta é sua. Que por meio de suas
896atividades gera resíduos perigosos. Por favor, altere. Só apagar de perigosos
897ponto daí para frente seria retirado. Está em votação algum conselheiro é
898contrário a essa proposta? Não? Proposta aprovada por unanimidade.
899Seguinte o texto. Item 3 , alguém tem algum consideração? Item 3? Item 4?

900

901

902**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**
903**Minas Gerais)** – Eu tenho a observação da Angelina. Então, eu pedi para
904sobrestar até que chegue que não sei o que é. Item 4. É o x três dela.

905

906

907**A SRª ZILDA VELOSO (MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE)** - Deve ser o que
908finaliza o processo. Sem querer concluir, mas eu acho que deve ser por lógica
909o mesmo que ela já tinha colocado. Deve ser a mesma coisa.

910

911

912**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**
913**Minas Gerais)** – Engraçado. No dois, ela não pós nada. Era minha. Agora, no
914quatro é dela que eu não sei o que é. Então, Daniela, eu acho que pode ir indo,
915depois nós voltamos nele. Por enquanto destinador.

916

917

918**A SRª DANIELA BUOSI ROHLFS (MINISTERIO DA SAÚDE)** - Então, fica
919suspense o item 4 até que chegue o comentário.

920

921

922**O SR. RICARDO LOPES GARCIA (Representante da Confederação**
923**Nacional das Indústrias)** - De qualquer forma nos temos que alterar o quatro
924em função da alteração.

925

926

927**A SRª DANIELA BUOSI ROHLFS (MINISTERIO DA SAÚDE)** - Então, nos
928vamos fazer uma proposta e se for diferente, por favor.

929

930

931**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**
932**Minas Gerais)** – Ela não tem acompanhado os outros, isso ai pode
933desconsiderar. Está mudança só a terminologia.

934

935

936**A SRª DANIELA BUOSI ROHLFS (MINISTERIO DA SAÚDE)** - Cópia o item 4.
937Cole ele novamente para a proposta. E aí depois de perigosos, ponto. Lá no
938finalzinho. Então, retomando o item 4 ficaria como proposta: destinador de
939resíduos perigosos: pessoa física ou jurídica de direito público ou privado que
940exerce atividades de destinação ambientalmente adequada de resíduos
941perigosos. Algum conselheiro discorda dessa proposta? Todos de acordo?
942Proposta aprovada. Artigo 3º. Alguém tem algum. Se identifique.

943

944

945**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**
946**Minas Gerais)** – Bom tem o comentário dela que eu não sei o que é, mas a
947minha observação é porque está assim: as informações descritas no artigo 1º
948não. No artigo 1º não tem informação descritas. Talvez previstas e nem
949prevista, porque o artigo 1º fala em informações, mas não fala quais. Eu acho
950que as informações, mas nem prevista ela está.

951

952

953**A SRª DANIELA BUOSI ROHLFS (MINISTERIO DA SAÚDE)** - Não. Está
954prevista sim. Que são as informações referentes à movimentação de resíduos.

955

956

957**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**
958**Minas Gerais)** – Porque prevista seria é que está no quarto porque no quarto.
959Elas não estão citadas.

960

961

962**A SRª DANIELA BUOSI ROHLFS (MINISTERIO DA SAÚDE)** - Solicitadas.

963

964

965**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**
966**Minas Gerais)** – Ficou complicado isso porque as informações estão no
967quarto. Talvez referidas. Eu acho que referida. Referida lá. Pode considerar.
968Está pondo esses 4 formulários. Formulário é mais abaixo.

969

970

971**A SRª CELMA A. DOS SANTOS (ANAMMA)** - Aquela colocação que eu
972queria fazer naquele momento era a seguinte: com relação à contemplação da
973questão das rotas. Aqui no artigo 3º, ele fala do formulário específico que o
974IBAMA vai elaborar. Aí sim nesse escopo, pode ser contemplada a questão
975rota. Porque não? Se são informações, poderão. Eu não estou falando para

976inserir aqui não. Estou falando do IBAMA quando construir o formulário ele
977inserir dentro desse termo essa questão da rota com termo para nós.

978

979

980**A SRª DANIELA BUOSI ROHLFS (MINISTERIO DA SAÚDE)** - O artigo 3º
981cópia. Cola para nós fazemos no texto. Então, a nova proposta ficaria: as
982informações referidas no artigo 1º. Ou repetir as informações sobre a
983movimentação dos resíduos perigosos. Artigo 1º. Quem sabe fica melhor. As
984informações sobre a movimentação. As informações referentes à
985movimentação de resíduos perigosos aí você apaga até deverão. No final está
986formulário o específico está sem assento aqui no meu. Não sei se no seu está
987que eu não enxergo tanto assim. Eu vou ler a nova proposição: as informações
988artigo 3º, as informações referentes à movimentação de resíduos perigosos
989deverão ser declaradas no CTF coordenado pelo IBAMA em formulário
990específico. Todos os conselheiros estão de acordo? Falta uma crase no a a
991movimentação. Todos estão de acordo? Proposta aprovada. § único alguém
992tem algum comentário?

993

994

995**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**
996**Minas Gerais)** – Eu tenho a sugestão de incluir um novo parágrafo. Que seria
997que, além de disponibilizar até 31 de março, mas não sei se o que eu vou falar
998está implícito, mas não está explícito. É que essas informações elas têm que
999estar no site do IBAMA para qualquer consultar.

1000

1001

1002**A SRª DANIELA BUOSI ROHLFS (Ministério da Saúde)** - Eu estou
1003entendendo o que vai estar público aí eu ai também fazer esse comentário
1004quando chegasse lá está previsto no artigo 4º. Porque o artigo 4º o IBAMA
1005deverá elaborar anualmente seria um relatório anual da movimentação de
1006resíduos perigosos contendo minimamente no relatório do IBAMA que seria
1007anual esses 8 itens minimamente esses 8 itens. O que eu acho que nós temos
1008que avaliar é a temporalidade de disponibilização da informação que seria
1009anual é satisfatório porque provavelmente você teria ao final do ano de 2011 as
1010informações inseridas referente a 2010. Está certo? Pronto.

1011

1012

1013**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**
1014**Minas Gerais)** – Não era que eu estava pensando não eu.

1015

1016

1017**O SR. ANDRÉ SARAIVA (ABINE, FIESP, CNI)** - No § único do quarto eu já
1018digo lá que na segunda Plenária do CONAMA, o IBAMA tem que tornar isso
1019público.

1020

1021

1022**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**
1023**Minas Gerais)** – Eu quero por online, eu quero ver. Se ele está movimentando
1024de São Paulo para Minas amanhã, eu vou lá e vejo. Porque olha, esperai, eu
1025vou explicar qual que o que nós esperávamos, inclusive eu tinha discutido com

1026IBAMA porque como nós trabalhamos. É o seguinte, só que eu não tenho isso,
1027mas eu estava imaginando que é um sistema que ele vai lá e se declara porque
1028nós pensávamos em resumir a nossa autorização a simples comprovação da
1029declaração deles e isso para o país inteiro. Porque isso que seria importante o
1030país inteiro saber sai da onde para onde, passa por onde por onde. É um
1031sistema de declaração que ele entra no sistema e declara. Olha eu vou
1032transportar esses resíduo daqui para lá passando por aqui com essas
1033características de resíduos. Evidentemente o IBAMA vai fazer um relatório no
1034final do ano, vai disponibilizar, sistematizar, consolidar. Mas essas informações
1035que vão alimentar esse relatório elas deviam estar online. Elas deveriam estar
1036disponíveis para o público. Ele não vai declarar isso? Eu imagino que não vai
1037ser via papel, pelo amor de Deus. Pois é, agora ele poderia ter uma aba
1038disponibilizando isso, toda a declaração que viesse para o CTF eu teria acesso.
1039Agora ele vai declarar isso um mês depois que ele fez, seis meses depois que
1040ele fez ou previamente?

1041

1042

1043

1044**A SRª ZILDA VELOSO (MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE)** - José Cláudio,
1045essa proposta que foi feita por você agora ela vai muito em função daquilo que
1046a proposta de resolução era anteriormente. Quando nós colocamos que era só
1047uma troca de informações e nos interessava a informação fechada anualmente,
1048nós automaticamente eliminamos a figura do preenchimento antes da
1049movimentação. Eu não estou dizendo que isso não seja importante. Eu estou
1050dizendo que foi uma opção de havia um atrelamento disso a atividade do
1051licenciamento, porém, essa era um resolução que não tratava de licenciamento
1052ambiental. E por isso esse aspecto foi suprimo da proposta.

1053

1054

1055**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**
1056**Minas Gerais)** – Só para vocês entenderem melhor o que eu estou dizendo
1057porque no estado de Minas, o grosso nós já não fazemos licenciamento, nós
1058simplificamos. Porque o que nos é informação e nós monitoramos, quer dizer,
1059se algum transportador de resíduo aconteceu algum acidente ou numa blitz que
1060for feita ele não tiver cadastrado, quer dizer, se ele não tiver ido ter se
1061registrado ele está ilegal, vai ter todas as sanções e com isso a maioria tem.
1062Quando acontece o acidente nós verificamos se ele estava registrado e qual a
1063autorização em função do registro dele. E nós achamos que com o sistema
1064desses nós íamos facilitar muito a vida de todo mundo. Porque o que o
1065licenciamento diz? É exatamente perguntar isso porque todas as condições do
1066motorista do caminhão isso já é feito pelo Inmetro. Então, o que nós pedimos é
1067que ele trata a certificação do Inmetro. Ia desburocratizar porque licenciamento
1068não foi desenhado para licenciar transporte. Então, nós imaginávamos que com
1069o sistema desses ia facilitar a vida de todo mundo porque daria transparência e
1070você fiscalizar evidentemente com relatório já é um passo porque vai poder
1071fazer uma série de análise, quer dizer, é que nós estamos fazendo em Minas.
1072Tem um ponto no sul de Minas que é o campeão de acidentes. Então, eu estou
1073pesquisando agora é o que problema da rodovia, o problema do transportador
1074que passa mais por lá. O que é. Então, o relatório já vai ajudar nisso, mas nos

1075íamos simplificar demais para todo mundo, para os órgãos ambientais,
1076transportadores porque nós não fazemos isso de uma vez?

1077

1078

1079**A SRª ZILDA VELOSO (MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE)** - Eu não sei a
1080minha dúvida isso foi muito questionado pela Câmara de Assuntos Jurídicos.
1081Se não teria que ser uma modificação nos instrumentos referentes ao
1082licenciamento ambiental. Eu entendi o que você quer. Se você coloca
1083obrigatoriedade de colocar antes da movimentação ou até 48 horas após o
1084início dela você vai ter que criar um comando de controle para essa hora. Esse
1085comando de controle tem que estar atrelado ao licenciamento ambiental.

1086

1087

1088**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**
1089**Minas Gerais)** – Porque você está raciocinando que vai ter que ter
1090licenciamento ambiental. Talvez essa e a dificuldade que nós em Minas não
1091raciocinamos assim. Nós já não alguns só não licenciamos a maioria e ao fazer
1092isso o licenciamento teria simplesmente comprovar que ele entrou no sistema.
1093Ao ele comprovar que entrou no sistema a autorização estaria
1094automaticamente concedida. Porque as informações que eu preciso, vamos
1095dizer por licenciamento ou autorização, são essas que estariam no sistema. Eu
1096queria saber talvez daí do Gustavo ou de outras experiências. O que o pessoal
1097faz. Faz RCA para licenciamento de transporte? Exatamente. Porque não tem
1098você vai fazer o quê? Preenchimento de dados. Se eu já preencho os dados
1099para o órgão ambiental já preencho no sistema que todo órgão ambiental tem
1100acesso. É só papel.

1101

1102

1103**A SRª DANIELA BUOSI ROHLFS (MINISTERIO DA SAÚDE)** - Eu vou fazer
1104uma colocação. Acho que nós. Vamos só ouvir o André.

1105

1106

1107**O SR. ANDRÉ SARAIVA (ABINE, FIESP, CNI)** - Eu queria. O Cadastro
1108Técnico Federal agora me recorreu uma coisa que nós podemos ter cometido
1109um erro aqui grave. O Cadastro Técnico Federal ele é uma base de dados de
1110informações confidenciais. Então, vamos começar ampliar o escopo agora
1111disso.

1112

1113

1114**A SRª ZILDA VELOSO (MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE)** - André, me
1115desculpa te corrigir. O que o José Cláudio estava querendo fazer ele está
1116querendo criar uma informação para o controle dos oemas. Isso é possível
1117mesmo com a confidencialidade. Deixa eu fazer essa observação. Se é
1118possível.

1119

1120

1121**O SR. ANDRÉ SARAIVA (ABINE, FIESP, CNI)** - É que teve um momento da
1122fala que falou em se querer saber online ou em tempo real o que está sendo
1123transportado no Estado. OEMA. Tudo bem. Legal. Não um dado público. O
1124meu medo era misturar esse seu desejo com o desejo do relatório.

1125

1126

1127 **SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**
1128 **Minas Gerais) – OEMA.**

1129

1130

1131 **O SR. ANDRÉ SARAIVA (ABINE, FIESP, CNI) - OEMA sim.**

1132

1133

1134 **A SRª DANIELA BUOSI ROHLFS (MINISTERIO DA SAÚDE) -** O que eu estou
1135 entendendo é que é uma questão tecnológica. Isso o IBAMA tem que enfrentar.
1136 Eu sinto muito, mas as coisas precisam evoluir e pela ausência de capacidade
1137 em realizar não é desculpa para o não fazer. A partir do momento nos temos
1138 que se chama Sinan, que é o Sistema de Informações de Notificação de
1139 Agravo Notificáveis. A partir do momento um que houve uma determinação do
1140 Ministério Público que determinados agravos como dengue, como quando
1141 houve na época da gripe, deveríamos ser em tempo real isso aconteceu e foi
1142 criado o Sinanet. Que é isso que ele está falando que é online. O Sinan todo é
1143 online? Não. Mas aqueles agravos específicos você tem justamente isso, uma
1144 aba onde vocês têm as informações online. Então, e alimentado do mesmo
1145 jeito pelas mesmas pessoas com o mesmo formulário, mas você tem as
1146 informações que são públicas e você tem as informações que são restritas,
1147 porém, para determinados órgãos, mas são online. É uma questão tecnológica,
1148 não é possível, tanto não é que o Ministério da Saúde e nós não somos assim.
1149 Suprassumo da tecnologia. Se fôssemos não teríamos quinhentos sistemas de
1150 informação. Então, eu acho que essa questão é possível sim não estamos
1151 pedindo nenhum esforço extra do IBAMA no sentido de que já é previsto
1152 porque se nós formos pela questão do cadastro o relatório do cadastro é
1153 previsto anualmente. Então nós vamos ficar com cadastros anuais. Então eu
1154 não sei se resolve para a questão da gestão imediata que é o nós precisamos.
1155 Eu acho que você tem sim uma questão de gestão em tempos diferenciados,
1156 mas a gestão real ela é necessária. Que eu acho está sendo colocado aí.

1157

1158

1159 **A SRª ZILDA VELOSO (MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE) -** Deixa eu só
1160 fazer um esclarecimento. Quando eu falei em problema tecnológico eu não falei
1161 em relação a isso. Eu falei em relação ao mapeamento de rotas. É mapas. O
1162 problema tecnológico não é em relação a esse tipo de informação. Isso é um
1163 problema questionado na jurídica e em relação à resolução se tratar de
1164 licenciamento ou não. Não tem nada a ver com o IBAMA ter ou não essa
1165 capacidade tecnológica de suporte para isso. Não confunda as coisas. Uma
1166 coisa é mapeamento de rotas e outra coisa é nós estarmos colocando aqui
1167 uma exigência que se coloca até 48 horas. Isso aí pode ser colocado. Isso não
1168 tem nada a ver com o problema.

1169

1170

1171 **A SRª DANIELA BUOSI ROHLFS (MINISTERIO DA SAÚDE) -** Mas não me
1172 refiro eu aquilo não, Zilda. Eu vou chegar lá nos mapas ainda. Eu vou chegar
1173 ainda nas rotas. ao Ministério da Previdência e Assistência Social ainda.

1174

1175

1176 **A SRª ZILDA VELOSO (MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE)** - Mas esse
1177 problema agora de 48 horas não é um problema tecnológico. Foi uma decisão
1178 que se tomou no Grupo de Trabalho. Não é um problema de tecnologia.

1179

1180

1181 **A SRª DANIELA BUOSI ROHLFS (MINISTERIO DA SAÚDE)** - Ok. Vamos
1182 então, para a proposta?

1183

1184

1185 **O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**
1186 **Minas Gerais)** – eu só gostaria de esclarecer a Zilda. Nós não estamos
1187 tratando de licenciamento. Nós estamos tratando de informação. O Estado ou o
1188 IBAMA se quiser usar isso com licenciamento use se não quiser não usa. Não
1189 estamos dizendo que isso para o licenciamento. É a informação. Eu acho que
1190 alguns Estados vão usar porque e que eles pedem são essas informações.
1191 Agora, se ele quiser continuar licenciando ele continua. Mas eu acho que isso
1192 vai facilitar muito a vida.

1193

1194

1195 **O SR. ANDRÉ SARAIVA (ABINE, FIESP, CNI)** - Você acha que esse
1196 comportamento pode impulsionar um sistema único de certificação do
1197 transportador e aí iria vai. A ideia é boa ela pode impulsar o comportamento de
1198 um impulsionar, fomentar um comportamento de registros único nacional de
1199 transporte de resíduo perigoso.

1200

1201

1202 **O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**
1203 **Minas Gerais)** – Seria o § 1º e depois desse do IBAMA seria o segundo que
1204 tipo as informações ou essas informações deverão ser declaradas pelo
1205 empreendedor ou pelo transportador as informações pelo transportador até 48
1206 horas antes da movimentação. As informações deverão até 48 horas antes da
1207 movimentação.

1208

1209

1210 **A SRª DANIELA BUOSI ROHLFS (Ministério da Saúde)** - Sai o § único. Vai
1211 ter mais um. Ele não é mais único. Mas, vamos escrever a proposta porque se
1212 nós não escrevemos aí aprova o primeiro, vem o segundo e o primeiro não fica
1213 adequado ao segundo e vira o samba. § 1º e § 2º. Eu vou ditar para você.
1214 Vamos escrever aí nós vemos, senão nós ficamos no campo do pode ser. As
1215 informações deverão ser declaradas pelo transportador eu acho que essa
1216 redação até eu vou até 48 horas antes da movimentação. Atenção,
1217 conselheiros. Eu vou ler a proposta. Vamos lá. Eu só pediria um favor eu
1218 queria que você copiasse isso que está no § 2º como proposta. Cópia só o
1219 conteúdo do § 2º. Obrigado e aí você cola isso lá no artigo 3º. Pronto. Lá em
1220 cima. Eu vou ler como está e depois eu vou ler a proposta. Pode deixar. Só
1221 cola ali você aí. Tira só o parágrafo segundo daí para não confundir as minhas
1222 ideias. Atenção, eu vou fazer primeiro o retorno ao artigo 3º que já estava
1223 aprovado por conta da alteração do § único que se tinha. Nós temos duas
1224 propostas a primeira é: mantém-se o artigo 3º como está e insere-se o § 1º e 2º

1225que nós já vamos ler ou fazemos a alteração já no artigo 3º que ficaria: as
1226informações referentes à movimentação de resíduos perigosos deverão ser
1227declaradas pelo transportador até 48 horas antes da movimentação no CTF
1228coordenado pelo IBAMA em formulário específico. Não tirei não. Só aproveitei
1229a sua.

1230

1231

1232**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**
1233**Minas Gerais)** – Mas não é parágrafo. Tira a minha de parágrafo.

1234

1235

1236**A SRª DANIELA BUOSI ROHLFS (MINISTERIO DA SAÚDE)** - Tirei as suas
1237ideias. Usei e finjo que são minhas.

1238

1239

1240**O SR. ANDRÉ SARAIVA (ABINE, FIESP, CNI)** - Questão de ordem técnica.

1241Percebe que depois que eu disparar uma movimentação se houver espaço

1242nesse veículo eu vou ter o dobro da emissão porque eu vou ter que fazer duas

1243vezes porque são 48 horas, eu já detonei, eu já disparei o processo. Eu tirei eu

1244peguei isso daqui, e quero vim com esse caminhão para pegar esse daqui e

1245levar para cá depois de 48 horas eu já detonei esse processo. Ai surge isso

1246daqui para pegar no meio. Surgiu uma nova aí eu vou ter que por um outro

1247veículo para vir aqui e fazer isso. Em um balanço de massa eu emiti mais.

1248Então, eu só queria voltar ao assunto das 48 horas.

1249**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**
1250**Minas Gerais)** – Eu só confiro citar aqui uma vez eu entrei no Ministério da

1251Aeronáutica, no gabinete do coronel eu vi um cartaz que eu gostei demais,

1252falando assim: "não faça da sua falta de planejamento um problema para mim".

1253Eu adorei essa frase. Eu vou pregar minha sala. É claro que é. Você ai

1254transportar e depois de 24 horas resolveu pegar outro não teve planejamento.

1255Foi falta de planejamento. Não é não. Você entre com outro pedido para

1256transportar esse outro. Eu não estou defendendo 48 por mim pode ser até 24.

1257Até duas.

1258

1259

1260**A SRª ZILDA VELOSO (MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE)** - eu quero

1261entender uma coisa. Hoje quando você pede uma autorização para transportar

1262bateria usada para ANTT você não tem que dizer de onde você está tirando e

1263para onde você está indo e onde você vai parar. Eu acho que hoje já é assim.

1264

1265

1266**O SR. ANDRÉ SARAIVA (ABINE, FIESP, CNI)** - o transportador já é
1267credenciado para isso. Eu não entro no mérito.

1268

1269

1270**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**
1271**Minas Gerais)** – Em Minas tem que dizer de onde saiu e para onde ele vai e

1272por onde ele vai passar. Nós temos que profissionalizar isso. A Daniele falou

1273no começo. Esse cara que pega um caminhãozinho e vai. Não. Esse não entra

1274no meu sistema. Resíduo é uma coisa muito importante para qualquer um ficar
1275pegando e resolver parar no meio do caminho.

1276

1277

1278**O SR. ANDRÉ SARAIVA (ABINE, FIESP, CNI)** - Tem linha de corte. Tudo que
1279você coletar de acordo com a ANTT 420 publicada no caso de bateria menos
1280de mil quilos você está isento de qualquer processo desses, com o suves você
1281põe lá 600 quilos e transporta. Então, se vai entrar nesse mérito da discussão.
1282Ela é mais ampla e vai ferir um outro comportamento, que é o previsto na
1283ANTT e que não é do CONAMA.

1284

1285

1286**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**
1287**Minas Gerais)** – Desculpe. O que ela vai ferir da ANTT?

1288

1289

1290 **O SR. ANDRÉ SARAIVA (ABINE, FIESP, CNI)** - Porque na hora que você
1291entra nesse mérito dessa informação online, nós vamos estar sempre
1292trabalhando no comportamento da informação.

1293

1294

1295**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**
1296**Minas Gerais)** – ele vai ter que declarar. André, Nós não podemos querer
1297resolver aqui o que Estado da Bahia vai mudar o seu procedimento de
1298licenciamento com essa norma. Como você bem disse vai impulsionar. O que
1299daqui dois anos, daqui seis meses, daqui um mês, daqui 10 anos, isso não
1300podemos resolver aqui nessa mesa. O que nos estamos fazendo é uma coisa
1301racional de disponibilizar informação que vai facilitar muito as autorizações ou
1302as licenças. Agora, como isso vai ocorrer em cada Estado o tempo é que vai
1303dizer. Na verdade, eu quero que você disponibilize a informação Banco
1304Econômico a informação. Pode ser que muitos Estados não adotem isso ou
1305não aproveitam bem isso para o seu sistema.

1306

1307

1308**A SRª DANIELA BUOSI ROHLFS (Ministério da Saúde)** - Então vamos.
1309Querendo cortar minha palavra?

1310

1311

1312**O SR. GUSTAVO CARVALHO (Representante do Estado de Alagoas)** -
1313Surgiu uma dúvida aqui, Daniela. Eu não sei se há algum conflito em relação a
1314essa informação que nós estamos solicitando. As informações deverão ser
1315declaradas pelo transportador em 48 horas da sua movimentação. Informações
1316referentes à movimentação de resíduos. Na Resolução A eu acho que da
1317Resolução A de 86 fala: os órgãos estaduais de meio ambiente deverão ser
1318comunicados pelo transportador de produtos perigosos com antecedência
1319mínima de 72 horas de sua efetivação a fim de seja adotada as providências
1320cabíveis. Se não há alguma confusão em relação a quem está solicitando e
1321que já está previsto em relação aos órgãos estaduais do IBAMA. Cadastro do
1322IBAMA. Nós temos uma resolução e vamos verificar se isso vai continuar
1323vigente ou não porque se for conflituoso nós temos que tirar. Artigo 2º da

1324Resolução um A de 86: os órgãos estaduais de meio ambiente deverão ser
1325comunicados pelo transportador de resíduos perigosos com antecedência
1326mínima de 72 horas de sua efetivação a fim de que sejam adotadas as
1327providências cabíveis. Isso foi discutido e foi sugerida alguma coisa com a
1328CTAJ. Por favor, tenta esclarecer isso.

1329

1330

1331**A SR^a ZILDA VELOSO (MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE)** - Nós discutimos
1332isso nesse grupo de contato também. Só que como nós não estávamos
1333colocando um prazo tão exíguo. Foi bem lembrado isso pelo Conselheiro
1334agora. Se caso nós aprovemos mudança para 48 horas acho que seria
1335pertinente nós revogarmos a outra Resolução. Eu acho que seria pertinente.

1336

1337

1338**O SR. ANDRÉ SARAIVA (ABINE, FIESP, CNI)** - Os instrumentos falam de
1339coisas diferentes, pelo amor de Deus. A Conama fala de produto perigoso. A
1340Resolução está propondo resíduo perigoso. São...

1341

1342

1343**A SR^a ZILDA VELOSO (MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE)** - Mas, quando
1344essa Resolução foi aprovada, não existia nem aquele 1º Decreto que
1345regulamentava o assunto. Ela é 86. Então, hoje nós não regulamentamos
1346produto perigoso por resolução do Conama. Porque ele é regulamentado por
1347regulamentação específica da ANTT. Então, até seria mais um motivo para nós
1348podermos propor a revogação. O produto perigoso que é regulamentado por
1349Resolução do Conama é agrotóxicos e outras coisas que já tem uma lei
1350específica para isso.

1351

1352

1353**A SR^a DANIELA BUOSI ROHLFS (Ministério da Saúde)** - Então, retomando o
1354texto, por favor. Então, qual foi a sugestão qual é a proposta para o prazo?
1355Mantemos a 48? Online não é muito abstrato? Vamos lá, Adriana, você
1356escreve para mim, por favor. As informações referentes à movimentação de
1357resíduos perigosos deverão ser declaradas pelo transportador até 48 horas
1358antes da movimentação, CTF coordenado pelo IBAMA. Apaga esse de baixo.
1359Só para nós lermos de novo e ver se ficou bom ou se virou um frankenstein.
1360Artigo 3º, a proposta sendo avaliada. As informações referentes à
1361movimentação de resíduos perigosos deverão ser declaradas pelo
1362transportador até 48 horas antes da movimentação no CTF coordenado pelo
1363IBAMA em formulário específico. Todos estão de acordo?

1364

1365

1366**O SR. ANDRÉ SARAIVA (ABINE, FIESP, CNI)** - Eu queria chamar atenção da
1367uma coisa que ocorre. Porque que não inverto o raciocínio da temporalidade e
1368que nenhum resíduo perigoso pode ser transportado sem antes ter sido
1369informado, declarado no sistema? Olha que legal. Você põe um parágrafo
1370único dizendo o seguinte: no corpo do documento fiscal que acompanha esse
1371resíduo no campo das observações, o número dessa declaração deverá ser
1372informada. Olha que lindo! quer dizer, o cara vai lá, cadastrou a informação,
1373gerou um número de protocolo. Ele não vai emitir a nota fiscal para

1374transportar? No campo das observações está lá declaração CTF número
1375371214292010. Pronto.

1376

1377

1378**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**
1379**Minas Gerais)** – André, daqui a pouco você vai querer rimar o texto das
1380nossas normativas.

1381

1382

1383**A SRª DANIELA BUOSI ROHLFS (MINISTERIO DA SAÚDE)** - Agora você vai
1384ter que falar de novo. Sabe como é né?

1385

1386

1387**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**
1388**Minas Gerais)** – Vai ter que escrever.

1389

1390

1391**O SR. ANDRÉ SARAIVA (ABINE, FIESP, CNI)** - Primeiro precisa ver se tem
1392consenso.

1393

1394

1395**A SRª DANIELA BUOSI ROHLFS (MINISTERIO DA SAÚDE)** - Para ter
1396consenso precisa estar na tela. Dita.

1397

1398

1399**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**
1400**Minas Gerais)** – Você é tão entusiasmado que nós corremos o risco de
1401embarcar pelo entusiasmo.

1402

1403

1404**A SRª ZILDA VELOSO (MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE)** - Vamos falarão
1405microfone, senão não temos os registros da sugestão. Tem um outro problema
1406que os senhores têm que lembrar ou um problema ou alguma coisa. Nós
1407havíamos colocado que essa Resolução entra em vigor no ato da sua
1408publicação, mas que as informações eram para ser colocadas no cadastro a
1409partir de 31 de março de 2011. Então nós vamos ter que dá um outro artigo
1410dizendo que esse prazo de entrada em vigor vai demorar na melhor das
1411hipóteses uns 6 meses. Porque é o tempo que o IBAMA vai ter junto com a
1412área de CNT de poder fazer essa alteração no formulário e isso poder ser feito
1413online. Só pode ser feito hoje e nem amanhã. Só um lembrete. Pronto?

1414

1415

1416**A SRª DANIELA BUOSI ROHLFS (MINISTERIO DA SAÚDE)** - Cadê o seu
1417texto? E ela tinha uma contribuição tirar o 48. Não. Colocar em até. Não. Muito
1418simplicista. Tirar o 48 por 72. Estamos esperando. A chuva de inteligência que
1419você teve vai para tela agora. Vamos lá.

1420

1421

1422**O SR. ANDRÉ SARAIVA (ABINE, FIESP, CNI)** - A movimentação de resíduos
1423perigosos só poderão ser iniciadas... Somente poderá ser efetuada após ter

1424sido declarada no formulário específico, porque nós estamos falando que vai
1425ser num formulário específico numa janela, em formulário específico do CTF.
1426Como nós podemos dizer, onde será gerado um número de protocolo número
1427da declaração o mesmo esse número do protocolo o mesmo deverá ser
1428inserido no campo das observações.

1429

1430

1431**A SRª ZILDA VELOSO (MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE)** - Ai nós estamos
1432atrelando isso ao licenciamento. Não dá para ter essa redação desse jeito.
1433Você está dizendo que o órgão vai autorizar ou quem vai autorizar, mas quem
1434vai controlar o início da operação. Se você colocar que ela vai ter que ser
1435iniciada após a declaração, você aí um mecanismo de controle. Se nós não
1436estamos atrelando ao licenciamento isso não tem pertinência.

1437

1438

1439**O SR. ANDRÉ SARAIVA (ABINE, FIESP, CNI)** - Nós estamos falando do
1440transportador e do conhecimento que acompanha o manifesto de transporte.

1441

1442

1443**A SRª ZILDA VELOSO (MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE)** - somente
1444poderá ser iniciada. Quem vai fiscalizar isso?

1445

1446

1447**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**
1448**Minas Gerais)** – Zilda tem toda razão. Nós não estamos tratando de
1449licenciamento. Nós estamos tratando de informação. Quem quiser utilizar a
1450informação para o licenciamento que o utilize. Nós não estamos entrando
1451nesse mérito. Então, não posso falar, aqui estou falando em sistema de
1452autorização de licenciamento. Eu tenho que falar de informação. A informação.
1453Então, eu acho que a redação proposta pela Daniela para mim que está
1454corretíssimo.

1455

1456

1457**A SRª DANIELA BUOSI ROHLFS (Ministério da Saúde)** - Mas tiramos o
1458prazo das 48 horas ou mantemos.

1459

1460

1461**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**
1462**Minas Gerais)** – Eu estou inteiramente de acordo com a sua proposta. Eu acho
1463que.

1464

1465

1466**A SRª DANIELA BUOSI ROHLFS (Ministério da Saúde)** - Põe o em antes do
1467até. Vamos ler novamente.

1468

1469

1470**O SR. ANDRÉ SARAIVA (ABINE, FIESP, CNI)** - retira.

1471

1472

1473 **A SRª DANIELA BUOSI ROHLFS (Ministério da Saúde)** - Artigo 3º, a
1474 proposta que está em votação artigo 3º, As informações referentes à
1475 movimentação de resíduos perigosos deverão ser declaradas pelo
1476 transportador em até 48 horas antes da movimentação no CTF, coordenado
1477 pelo IBAMA, em formulário específico. Todos estão de acordo?

1478

1479

1480 **O SR. RICARDO LOPES GARCIA (Representante da Confederação**
1481 **Nacional das Indústrias)** - Primeira coisa. O CTF já é coordenado pelo
1482 IBAMA. Então, está redundante. O objetivo seria as informações referentes à
1483 movimentação de resíduos perigosos deverão ser declaradas pelo
1484 transportador em até 48 horas antes da movimentação em formulário
1485 específico. CTF já está coordenado pelo IBAMA que já está para mim está
1486 redundante.

1487

1488

1489 **A SRª ZILDA VELOSO (MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE)** - No CTF poderia
1490 ficar.

1491

1492

1493 **O SR. RICARDO LOPES GARCIA (Representante da Confederação**
1494 **Nacional das Indústrias)** - Coordenado pelo IBAMA.

1495

1496

1497 **A SRª DANIELA BUOSI ROHLFS (Ministério da Saúde)** - Eu vou ler a nova
1498 proposta que está uma votação. Artigo 3º, as informações referentes à
1499 movimentação de resíduos perigosos deverão ser declaradas pelo
1500 transportador em até 48 horas antes a movimentação no CTF em formulário
1501 específico.

1502

1503

1504 **O SR. ROBERTO ALVES MONTEIRO (SRH/MMA):** A redação que deveria
1505 ficar mais adequada. As informações referentes à movimentação de resíduos
1506 perigosos deverão ser declaradas pelo transportador em formulário específico
1507 no CTF, em até 48 horas antes a movimentação. Em formulário específico do
1508 CTF ou no CTF. Tem que inverter ali porque, senão fica muito ruim a leitura.
1509 Depois de transportador você pego no CTF em formulário específico depois de
1510 transportador e em até 48 horas deixa ao final. Arrasta para depois de
1511 transportador. Declarado pelo transportador no CTF ou em formulário
1512 específico no CTF, em até 48 horas antes movimentação. Senão fica
1513 parecendo que a movimentação é o CTF.

1514

1515

1516 **A SRª DANIELA BUOSI ROHLFS (Ministério da Saúde)** - A proposta é tirar o
1517 "em". Eu vou ler novamente a proposta do artigo 3º que está em votação. As
1518 informações referentes à movimentação de resíduos perigosos deverão ser
1519 declaradas pelo transportador em formulário específico no CTF até 48 horas
1520 antes da movimentação. Estão todos de acordo? Sim? Proposta aprovada.
1521 Assim sendo nós voltamos a ter um § único para o artigo 3º. O § único do
1522 artigo 3º seria: "o IBAMA deve disponibilizar, até 31 de março de 2011, o

1523 formulário específico mencionado no caput para declaração das informações a
1524 partir do exercício de 2011”. Alguém tem algum comentário a fazer sobre o §
1525 único?

1526

1527

1528 **O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**
1529 **Minas Gerais)** – A Zilda saiu. Talvez alguém saiba me informar. O que eu
1530 queria garantir é que essas informações do CTF os oemas tivessem acesso
1531 porque não vai adiantar nada está no CTF se não tiver acesso. Ou no
1532 parágrafo. Fosse o § 1º. Porque é relativo ao caput talvez dizer o seguinte: as
1533 informações que tratam o caput serão disponibilizadas aos oemas online. Que
1534 se você falar. Eu acho que seria um parágrafo. Tem mais alguém do IBAMA
1535 aqui. Mas, a Zilda conhece bem isso porque se isso já é disponibilizado por
1536 convênios que já têm, eu acho que não precisa por não. Sim, mas os outros se
1537 não tem porque eles não querem não é verdade? Eu quero dizer o seguinte, é
1538 que isso aí os Estados que fizeram convênios com o IBAMA vão ter essa
1539 informação. Isso é que eu queria checar com a Zilda. Porque se ela confirmar
1540 eu não farei a proposta.

1541

1542

1543 **A SRª DANIELA BUOSI ROHLFS (Ministério da Saúde)** - Eu acho que gera
1544 um movimento nesse sentido.

1545

1546

1547 **O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**
1548 **Minas Gerais)** – Então no parágrafo, as informações previstas no caput
1549 deverão ser disponibilizadas à OEMAs online. Ou em tempo real. Melhor em
1550 vez de por em inglês em tempo real. Não tem não.

1551

1552

1553 **A SRª DANIELA BUOSI ROHLFS (Ministério da Saúde)** - As oemas querem
1554 que as informações sejam disponibilizadas em tempo real ou eles querem
1555 acesso em tempo real ao sistema? São coisas diferentes. Eu posso condensar
1556 isso e te mandar um word todo dia. É isso que vocês querem. Ele pode não te
1557 dar acesso ao sistema e te dá informação em tempo real. Eu tenho, por
1558 exemplo, um vacinômetro que eu te digo em tempo real quantas vacinas eu
1559 estou dando. Você não tem acesso ao sistema. Eu estou questionando, eu não
1560 sei o que vocês querem. Mas, eu estou questionando se você quer acesso ao
1561 sistema, que é uma coisa, ou se você quer uma coisa em tempo real. Ele pode
1562 simplesmente fazer um cok pit e te dá essa informação em cok pit. É tempo
1563 real. Mas você não tem a informação do sistema. É aquelas coisas de carro,
1564 aquelas relógios de carro quando você pisa no acelerador, pronto é um cok
1565 pit. Não. Estou viajando para dizer que tem formas de te dar a informação de
1566 forma diferente daquela de ter o acesso ao sistema.

1567

1568

1569 **O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**
1570 **Minas Gerais)** – O Gustavo vai ver. Da nossa o que eu precisaria. Eu entro no
1571 sistema e quero ver o que está previsto para passar em Minas Gerais hoje.

1572

1573

1574**A SRª DANIELA BUOSI ROHLFS (Ministério da Saúde)** - Você quer acesso
1575ao sistema não informação em tempo real. São coisas diferentes. Quando você
1576for usar você vai ver.

1577

1578

1579**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**
1580**Minas Gerais)** – É porque eu realmente não consigo ver a diferença. Porque
1581em tempo real é assim, eu estou vendo lá.

1582

1583

1584**A SRª DANIELA BUOSI ROHLFS (Ministério da Saúde)** - Ele pode
1585condensar a informação e te dar condensada.

1586

1587

1588**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**
1589**Minas Gerais)** – Nesse caso, por exemplo, de repente atende. Mas como por
1590exemplo.

1591

1592

1593**A SRª DANIELA BUOSI ROHLFS (Ministério da Saúde)** - Não sei. Eles vão
1594pensar para fazer isso. Ai tem os inteligentes para fazer isso.

1595

1596

1597**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**
1598**Minas Gerais)** – Se eu tiver informação não interessa eu ter acesso ao
1599sistema. Se eu tiver informação do que vai passar em Minas Gerais amanhã.

1600

1601

1602**A SRª DANIELA BUOSI ROHLFS (Ministério da Saúde)** - Quantos e não o
1603que.

1604

1605

1606**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**
1607**Minas Gerais)** – Onde, qual é a rota. Não tudo as informações nós vamos
1608estar no artigo 4º.

1609

1610

1611**A SRª DANIELA BUOSI ROHLFS (Ministério da Saúde)** - Você quer acesso
1612ao sistema. Mas deixa assim. Relaxa. Zilda. Não não. Calma se não vai ter
1613acesso ao sistema inteiro não. Nós estamos falando aqui de uma aba. Isso eu
1614acho que vai ter que ser construído porque isso não existe. Nós temos que
1615voltar lá atrás.

1616

1617

1618**A SRª ZILDA VELOSO (MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE)** - Qual é o
1619problema? Desculpa. Eu sai. Eu estou sentindo falta do representante do
1620IBAMA, eu fui ligar para o diretor da área para saber porque na tinha vindo
1621ninguém à reunião.

1622

1623

1624 **A SRª DANIELA BUOSI ROHLFS (Ministério da Saúde)** - Nós estamos com
1625 uma proposta em tela, Zilda, mas ela tem gerado um pouco de dúvida de nós
1626 por não conhecimento dos processos. A proposta que se tem. Está ali gente? É
1627 teríamos então um § 2º onde ele teria a seguinte redação: as informações
1628 prevista no caput deverão ser disponibilizadas em tempo real. Aí tem que
1629 colocar para quem né?

1630

1631

1632 **A SRª ZILDA VELOSO (MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE)** - Isso é
1633 redundante. Deixa-me explicar. Isso é redundante. O problema que nós vamos
1634 ter com as informações é o seguinte: para Estados e municípios terem acesso
1635 e a essa informação, salvo melhor juízo como eu digo eu não estou falando
1636 aqui pelo nome do IBAMA, mas até onde eu sei é que essas informações elas
1637 o Estado para poder acessar, ele tem que ter um convênios com o IBAMA de
1638 acesso às informações. Nem todos os Estados têm esse convênios hoje. Se
1639 não me falha a memória são oito ou nove estados que já tem esse convênio
1640 com o IBAMA. Então, é redundante por quê? porque se o Estado tiver convênio
1641 e tiver o acesso vai ser no momento em que empresa coloca o Estado vai ter
1642 acesso. Isso não gera um relatório adicional e nem nada. E ele vai ver se você
1643 colocar ali 10 horas da manhã 10 e um o José Cláudio entra e vê. Então, isso
1644 daí é redundante. O problema é que se vai ter que existia, inclusive um artigo
1645 na Resolução anterior que também foi pedida a retirada dele, era tentar agilizar
1646 esse convênio com os Estados. Então, é redundante. A informação é colocada
1647 em tempo real e é vista em tempo real desde o que OEMA ou o município
1648 tenha esse acesso através do um convênio.

1649

1650

1651 **O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**
1652 **Minas Gerais)** – Era essa dúvida que eu tinha. Você já esclarecer. Retiro a
1653 minha proposta.

1654

1655

1656 **A SRª DANIELA BUOSI ROHLFS (Ministério da Saúde)** - Então, por favor,
1657 tiremos a proposta de Minas Gerais do § 2º. Obrigada.

1658

1659

1660 **O SR. ANDRÉ SARAIVA (ABINE, FIESP, CNI)** - No artigo 4º da proposta
1661 antiga, tinha o § único que dizia, o IBAMA deverá no prazo de dois anos
1662 estabelecer acordos com os OEMAs para efetivar acesso às informações ao
1663 CTF.

1664

1665

1666 **A SRª DANIELA BUOSI ROHLFS (Ministério da Saúde)** - Bom, voltamos
1667 então. A proposta que está não tem mais proposta? O § único eu vou ler a
1668 versão original, certo,

1669

1670

1671 **O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**
1672 **Minas Gerais)** – Sabe o que é. Eu estou falando para ele. Não tem proposta
1673 de Minas Gerais para o § único não.

1674

1675

1676 **A SRª DANIELA BUOSI ROHLFS (Ministério da Saúde)** - Era para ser
1677 dividido em 1º e segundo.

1678

1679

1680 **O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**
1681 **Minas Gerais)** – É. Mas depois com a sua proposta incorporou tudo no caput.

1682

1683

1684 **A SRª DANIELA BUOSI ROHLFS (Ministério da Saúde)** - Eu só vou retomar
1685 o § único porque nós chegamos a comentar alguma coisa de prazo e eu era
1686 saber se algum conselheiro tem alguma proposta para o § único ou se ele se
1687 mantém como está. Que seria o IBAMA deve disponibilizar até 31 de março de
1688 2011 formulário específico mencionado no caput para declaração das
1689 informações a partir do exercício de 2011. Alguém quer fazer algum comentário?

1690

1691

1692 **O SR. GUSTAVO CARVALHO (Representante do Estado de Alagoas)** - Não
1693 sei se nós podemos ver isso em relação do começo de validade dessa
1694 Resolução. O que nós temos aí é o IBAMA entende como perfeitamente
1695 possível até dia 31 de março disponibilizar o formulário específico. Então é a
1696 partir daí que a Resolução vai ter vigência. E claro que no 1º ano no ano de
1697 2012 esse relatório de certa forma vai ficar capenga em relação a esses 3
1698 primeiros meses que não têm informação ainda.

1699

1700

1701 **A SRª ZILDA VELOSO (MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE)** - Deixa-me fazer
1702 um esclarecimento. Se nós estamos dizendo que aí eu pergunto ao setor
1703 produtivo, ao representante da indústria dos transportes. Se nós estamos.

1704

1705

1706 **O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**
1707 **Minas Gerais)** – Desculpa. Zilda, setor produtivo eu também sou porque eu
1708 produzo.

1709

1710

1711 **A SRª ZILDA VELOSO (MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE)** - Perdão José
1712 Cláudio. Eu quis dizer a quem vai ter que colocar informações como gerador e
1713 transportador. Vou ser mais específica. Desculpe. Nós produzimos também,
1714 lógico, desculpa. É um velho hábito de gente jovem assim que nem eu. Se nós
1715 estamos colocando que a informação o relatório vai ser disponibilizado até dia
1716 31 de março, a obrigação de preenchimento vai ter que contar só a partir de 1º
1717 de janeiro de 2011. Porque certamente o relatório a ser preenchido até 31 de
1718 março é um relatório relativo 2010. O relatório, só um pouquinho, só um
1719 pouquinho, Roberto. Deixa-me acabar de explicar que esse é um assunto que
1720 eu tenho algum domínio sobre ele. O relatório cuja obrigatoriedade é de

1721preenchimento até 31 de março é o relatório relativo ao ano base de 2010.
1722Não tem nada a ver com os 3 primeiros meses. É relativo ao ano de 2010. O
1723que nós estamos dizendo aí é outra coisa. Nós não estamos dizendo se eles
1724vão colocar informações de 2011 ou de 2010. Eu acredito que pela lógica que
1725seja de 2011. Porque a disponibilidade do relatório. A Daniela está fazendo
1726cara de quem não entendeu. Deixa-me tentar explicar. A disponibilidade. Cada
1727empresa independente dessa Resolução até 31 de março de 2011.

1728

1729

1730**A SRª DANIELA BUOSI ROHLFS (Ministério da Saúde)** - Está me dando um
1731nó no cérebro. Deixe-me só fazer uma parte para ver se eu entendo. O que eu
1732fiquei confusa. Porque a partir do momento que eu falo que esse é um
1733formulário específico relativo a um parágrafo que eu perdi. Ficou ótimo.
1734Fantástico. Vamos lá. Pronto, é porque no meu já mudou o testículo, aí ele fala
1735o que artigo 3º ele vai me dar informações em até 48 horas. Então, a partir da
17361º de abril, eu já começo a ter essas informações a cada no máximo 48 horas.
1737Então, não é uma questão de exercício. Eu não vou alimentá-lo em dezembro
1738de 2011 e a cada 48 horas.

1739

1740

1741**O SR. ROBERTO ALVES MONTEIRO (SRH/MMA)** - A questão que está se
1742dano dúvida aqui é o seguinte, que esse parágrafo estava quando o contexto
1743era de um Relatório Anual. Ok? Vai ter Relatório Anual vai ter formulário
1744específico para Relatório Anual tudo bem. Só que lá em cima não tem nada a
1745ver com o Relatório Anual. É a informação online. Ok? Então, se esse
1746formulário só for produzido e esse sistema só for produzido a 31 de março 31
1747de julho só vai ser preenchido a partir daí. Então, não vamos confundir
1748Relatório Anual que vai rebater o de 2010 com aquela informação de controle
1749que é que está sendo solicitado aqui por ele online. Eu avisei logo na inicial não
1750mistura porque vai dar confusão. Uma coisa é a informação online outra coisa é
1751o Relatório Anual.

1752

1753

1754**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**
1755**Minas Gerais)** – De toda maneira ninguém vai fazer enquanto o formulário não
1756estiver pronto. O que esse parágrafo, claro, agora o sistema pode estar se não
1757tiver formulário não vai funcionar. Aqui está dando um prazo ao IBAMA porque
1758na hora que ele concluir o formulário dele ele vai inserir o formulário dele no
1759que o CPF - Cadastro de Pessoas Físicas. O CPF está pronto. Ao inserir as
1760pessoas vão poder acessar. É de 31 de março.

1761

1762

1763**A SRª DANIELA BUOSI ROHLFS (Ministério da Saúde)** - Independente de
1764exercício porque se você tem que fazer isso online. Independente. É que está
1765confundo a partir do exercício de 2011 que estava no texto anterior.

1766

1767

1768**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**
1769**Minas Gerais)** – O formulário específico com a declaração das informações.

1770

1771

1772 **A SRª DANIELA BUOSI ROHLFS (Ministério da Saúde)** - Então, vamos para
1773 o ponto. A proposta. Então, ficaria: o IBAMA deve disponibilizar até 31 de
1774 março de 2011 o formulário específico mencionado no caput.

1775

1776

1777 **A SRª ZILDA VELOSO (MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE)** - Eu vou só aqui
1778 fazer uma ressalva, para que fique registrado é o seguinte. Eu não me sinto
1779 confortável para dizer se o IBAMA pode atender esse prazo. Por outro lado, eu
1780 acho que hoje os senhores como conselheiros têm que tomar uma decisão em
1781 cima dessa Resolução. Eu acho que se o IBAMA por uma questão organização
1782 tiver alguma dificuldade de preencher esse prazo eu acho que representante na
1783 Plenária pode pedir uma alteração. Eu só gosto gostaria de fazer essa ressalva
1784 porque eles têm um plano anual de atualizações de informações dentro do
1785 cadastro P&DI. Ele tem um nome desse tipo, mas é o plano que é passado
1786 para a área da informática todo ano e eles têm alguém algumas prioridades
1787 que é do sistema inteiro. Então eu não me sinto confortável. Eu só estou
1788 antecipando aos senhores se porventura o IBAMA ler isso nós podemos até
1789 negociar um prazo um pouco maior de acordo com esse plano tendo em vista
1790 que ano que vem tem mudança de governo.

1791

1792

1793 **A SRª DANIELA BUOSI ROHLFS (Ministério da Saúde)** - A minha sugestão
1794 é que nós aprovemos o texto e encaminhe para votação na plenária e lá se não
1795 for suficiente eles se manifestem. Poderia ter sido aqui. É importante ressaltar
1796 isso. Vamos lá. Seguindo então. A proposta que está em votação para o §
1797 único do artigo 3º é: o IBAMA deve disponibilizar até 31 de março de 2011 o
1798 formulário específico mencionado no caput para declaração das informações.
1799 Estão todos de acordo? Alguém quer fazer algum comentário, ressalva? Então,
1800 redação aprovada. Podemos seguir? Artigo quarto, alguém tem algum
1801 comentário?

1802

1803

1804 **O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**
1805 **Minas Gerais)** – Eu preferiria ir por item porque eu tenho a partir do item 3.

1806

1807

1808 **A SRª DANIELA BUOSI ROHLFS (Ministério da Saúde)** - Então, artigo
1809 quarto, caput. Algum comentário? Item um.

1810

1811

1812 **O SR. RICARDO LOPES GARCIA (Representante da Confederação**
1813 **Nacional das Indústrias)** - Também não tem temporalidade anualmente a
1814 partir de quando?

1815

1816

1817 **O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**
1818 **Minas Gerais)** – É o último parágrafo. A partir da segunda reunião anualmente.

1819

1820

1821 **A SRª DANIELA BUOSI ROHLFS (Ministério da Saúde)** - Item 2? Item 3?

1822

1823

1824 **SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de Minas Gerais)** – Angelina escreveu o seguinte, eu tenho dúvida sobre o número da ONU para resíduo. Pois a resolução 4202004 trata de produtos perigosos. Já foi desenvolvido número da ONU para resíduos? Ou é só para produtos? Ou será associado? Eu acho isso complicado porque produto e resíduo não associa assim facilmente não. Então, a ela falou ela desconhece ela que trabalho com isso desconhece que tenha número da ONU para resíduos.

1832

1833

1834 **A SRª DANIELA BUOSI ROHLFS (Ministério da Saúde)** - Zilda, você sabe esclarecer isso?

1836

1837

1838 **A SRª ZILDA VELOSO (MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE)** - Eu também eu acho que José Cláudio tem razão. Pelo tanto que eu me lembro também o registro da ONU é para substâncias e produtos perigosos.

1841

1842

1843 **O SR. ANDRÉ SARAIVA (ABINE, FIESP, CNI)** - Há muito confusão muita gente bota número do produto no transporte de resíduos e assim por diante. E nós vamos aumentar a confusão.

1846

1847

1848 **O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de Minas Gerais)** – Ou tiramos o que se poderia colocar era número da 10 mil e 4. Porque a única classificação que eu conheço é da 10 mil e 4. Às vezes, vai misturado. Eu acho que é preferível retirar.

1852

1853

1854 **A SRª ZILDA VELOSO (MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE)** - Deixa-me só fazer um esclarecimento. Existe, José Cláudio, uma classificação de resíduos quanto à substâncias predominante que está transcrito da Convenção de Basileia, mas ele é o usado só para fins de movimentação de importação e exportação de resíduos. Ele não é aplicável internamente ao País. Essa é a classificação de resíduos que eu conheço. A um, a dois, a três, mas ela é uma classificação que é obrigatória no formulário de importação e exportação de resíduos. Ela entra como substâncias, contendo zinco, contendo chumbo, contendo mercúrio. É uma classificação. Não. Na convenção de Basileia você relaciona a característica de periculosidade com o constituinte. Você tem colocar as duas coisas o Y. O X e o Y. O X o componente o Y é a característica. Você vai colocar chumbo que eu não me lembra que é, o X correspondente ao chumbo e vai colocar o y que tem um outro campo para colocar característica de periculosidade. Que aí é ser corrosivo.

1868

1869

1870 **A SRª CELMA A. DOS SANTOS (ANAMMA)** - Poderia de sugerir que esse
1871 número da ONU permanecesse para identificar o produto da qual originou o
1872 resíduo, só para controle.

1873

1874

1875 **A SRª ZILDA VELOSO (MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE)** - E se for um
1876 processo industrial?

1877

1878

1879 **O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**
1880 **Minas Gerais)** – É Um processo industrial. Esse coro é de alta forro. Só antes
1881 do Erik. É só para esclarecimento viu Zilda. Qual que era relação do item 3 com
1882 o um? Porque eu tinha entendido que o um que nós botamos tipo de resíduo
1883 no meu entendimento a minha leitura é que nós estamos falando da norma
1884 brasileira 10 mil e 4. Vai ter que falar pela 10 mil e 4 qual é o tipo. Porque a
1885 classificação que nós temos é a 10 mil e 4.

1886

1887

1888 **A SRª ZILDA VELOSO (MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE)** - A ideia era
1889 pegar as classificações já existentes, aquelas classificações que se usa, por
1890 exemplo, em inventário de resíduos que tem a maioria que são resíduos
1891 perigosos. Isso aí ficaria a critério. O IBAMA tem hoje.

1892

1893

1894 **O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**
1895 **Minas Gerais)** – O inventário com base na 10 mil e 4 . Então, isso tipo de
1896 resíduo está se referindo a que? Eu acho que o número da ONU é
1897 completamente desnecessário.

1898

1899

1900 **A SRª DANIELA BUOSI ROHLFS (Ministério da Saúde)** - Por favor, então,
1901 retirar o item 3. Todos estão de acordo com a retirada do item 3? Voltamos
1902 para o item 2 que já tinha sido aprovado. Retirado. Artigo 4º. Então retirados
1903 itens 2 e 3. Todos estão de acordo? Pronto. 4, algum comentário? 5?

1904

1905

1906 **O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**
1907 **Minas Gerais)** – A tipologia vai ser pelo CNAE?

1908

1909

1910 **A SRª ZILDA VELOSO (MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE)** - A tipologia que
1911 está no cadastro. Ela mistura as duas coisas. Tem uma classificação
1912 específica, mas ela é a compatível com o CNAE.

1913

1914

1915 **O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**
1916 **Minas Gerais)** – Eu quero dizer o seguinte, o transportador na hora que ele for
1917 olhar isso aqui ele vai ficar em dúvida.

1918

1919

1920 **A SRª ZILDA VELOSO (MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE)** - O transportador
1921 já é obrigatoriamente hoje... Ainda mais de resíduo perigoso.

1922

1923

1924 **O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**
1925 **Minas Gerais)** – Qual é a referência?

1926

1927

1928 **A SRª ZILDA VELOSO (MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE)** - O IBAMA
1929 participa do Comitê que alimenta os dados do CNAE da classificação, a
1930 atualização, da classificação. Existe alguma diferença pequena porque o do
1931 CNAE econômica e a do IBAMA e de impacto ambiental.

1932

1933

1934 **O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**
1935 **Minas Gerais)** – Foi um trabalho grande que foi feito.

1936

1937

1938 **A SRª ZILDA VELOSO (MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE)** - Foi, mas ele é
1939 compatível.

1940

1941

1942 **A SRª DANIELA BUOSI ROHLFS (Ministério da Saúde)** - Seguindo então, 6.

1943 Não? 7? 8?

1944

1945

1946 **O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**
1947 **Minas Gerais)** – Eu achei que unidade da federação está muito macro. Não
1948 deveríamos falar unidade da federação e município? Mas origem destino aqui é
1949 para o formulário. Origem e destino que aqui está dizendo Mato Grosso Minas
1950 Gerais. Era para falar.

1951

1952

1953 **A SRª DANIELA BUOSI ROHLFS (MINISTERIO DA SAÚDE)** - Eu estou
1954 falando do município de Minas Gerais para outro município de Minas Gerais.

1955

1956

1957 **O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**
1958 **Minas Gerais)** – Por isso que é unidade da federação e município. A
1959 informação de origem e destino que só tem que contemplar a unidade
1960 federação. O que eu estou propondo é que além de contemplar a unidade da
1961 federação, contemplasse o município também. Porque origem e destino pode
1962 ser região Norte e região Sul. Pode ser Amazonas Bahia.

1963

1964

1965 **A SRª DANIELA BUOSI ROHLFS (Ministério da Saúde)** - A proposta então
1966 ficaria município de origem e destino do resíduo.

1967

1968

1969 **O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**
1970 **Minas Gerais)** – Eu acho que tem que ter unidade da federação e município.
1971 Ele põe assim, Santa Bárbara Tucuvi, onde está?
1972
1973
1974 **A SRª DANIELA BUOSI ROHLFS (Ministério da Saúde)** - Unidade da
1975 federação e município.
1976
1977
1978 **O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**
1979 **Minas Gerais)** – Para origem e destino do resíduo. A informação tem que ter
1980 unidade da federação e município.
1981
1982
1983 **A SRª DANIELA BUOSI ROHLFS (Ministério da Saúde)** - É para mesmo?
1984
1985
1986 **O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**
1987 **Minas Gerais)** – Informação da unidade de origem e destino.
1988
1989
1990 **A SRª DANIELA BUOSI ROHLFS (Ministério da Saúde)** - Unidade da
1991 federação. Atenção, vamos avaliar a proposta 8 unidades da federação e
1992 municípios de origem e de destino do resíduo. Alguém quer fazer algum
1993 comentário? Todos aprovam?
1994
1995
1996 **A SRª DANIELA BUOSI ROHLFS (MINISTERIO DA SAÚDE)** - Só fecha com
1997 de resíduo perigoso para não dar dupla interpretação lá na frente.
1998
1999
2000 **A SRª DANIELA BUOSI ROHLFS (Ministério da Saúde)** - Por favor, perigoso.
2001 Ainda temos divergências? Estamos de acordo com a redação? Todos de
2002 acordo? Aprovado. Alguém quer inserir mais algum inciso?
2003
2004
2005 **O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**
2006 **Minas Gerais)** – Rota. A minha proposta é inserir rota. Eu queria debater com
2007 a Zilda qual à dificuldade. Hoje no nosso sistema tem rota e é uma descrição.
2008 Ele diz olha eu estou saindo do município de Nova Lima, passo pela avenida tal
2009 pego a MG-105, e depois vou na BR, e ele vai falando todas as rodovias que
2010 ele passa até onde que ele chega pelas ruas, avenidas que ele vai chegar no
2011 destino dele. Então, a descrição da rota. Eu não vejo dificuldades.
2012
2013
2014 **O SR. RICARDO LOPES GARCIA (Representante da Confederação**
2015 **Nacional das Indústrias)** - Eu não vejo aí não no relatório o IBAMA a inserção
2016 de rota. Aí não dá. Eu acho que no relatório do IBAMA não tem que ter rota. A
2017 informação sim.
2018

2019

2020 **SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**
2021 **Minas Gerais)** – No relatório não, mas no das informações sim.

2022

2023

2024 **A SRª DANIELA BUOSI ROHLFS (Ministério da Saúde)** - Vamos voltar aqui
2025 para o microfone. Muita calma nessa hora. Uma questão de ordem aqui, gente.
2026 O que está sendo sugerido eu concordo com o que foi colocado é que esse
2027 aqui é o Relatório Anual, não adianta você saber a rota um ano depois. Agora,
2028 é uma informação extremamente preciosa principalmente para a questão de
2029 Defesa Civil, saúde, enfim, quem faz todo o monitoramento. Porém isso é uma
2030 informação que deveria ser online só que não somos nós a definir as
2031 informações que vão estar naquele específico formulário específico. Agora, eu
2032 não sei se tem que ficar alguma coisa amarrada aqui nessa Resolução de
2033 quem deve participar aprovar esse formulário porque nós não estamos contidos
2034 na elaboração e aprovação desse formulário. Não tem nada garantindo aqui.

2035

2036

2037 **O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**
2038 **Minas Gerais)** – Eu tinha entendido o que formulário que intenção era essa
2039 que o formulário teria que ter no mínimo isso que está no artigo 4º. Mas, tem
2040 que ser.

2041

2042

2043 **A SRª DANIELA BUOSI ROHLFS (Ministério da Saúde)** - Vamos passar para
2044 todos.

2045

2046

2047 **A SRª CELMA A. DOS SANTOS (ANAMMA)** - Quando eu fiz aquela sugestão
2048 lá no que artigo 3º lá atrás o escopo, o termo de referência para o IBAMA
2049 quando ele for construir o formulário essas informações que estão vendo elas
2050 vão ser inseridas dentro lá daquela online que você vai precisar vai estar a rota.

2051

2052

2053 **O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**
2054 **Minas Gerais)** – Eu sei Selma, mas eu tinha entendido que o formulário que o
2055 artigo 4º estava falando o seguinte ele vai fazer o relatório porque no formulário
2056 tem que ter no mínimo essas informações. O IBAMA pode colocar até mais,
2057 mas eu tinha entendido assim e acho que tem que ser porque no início nós não
2058 tínhamos só do formulário. Então, nós vamos ter que compatibilizar. Não era o
2059 relatório, mas no formulário. Porque se no relatório tem que ter isso, no
2060 formulário tem que ter também. Então, se não colocar rota e eu concordo, mas
2061 tem que estar no formulário. Talvez tenhamos que mexer no caput. Talvez o
2062 caput tenha ser, o IBAMA deverá elaborar anualmente relatório de
2063 movimentação de resíduos com base no formulário que deverá.

2064

2065

2066 **A SRª DANIELA BUOSI ROHLFS (MINISTERIO DA SAÚDE)** - A proposição,
2067 eu acho que nós temos que separar as duas coisas. Primeiro, uma coisa é
2068 elaborar o relatório, outra coisa e a ficha. Então, a ficha nós voltamos naquela

2069 proposta inicial. A ficha deverá constar no mínimo o artigo 4º, a ficha deverá
2070 constar do seguinte formulário deverá constar minimamente dos seguintes
2071 itens ai listar esses itens e colocar a rota. Você faz um novo artigo falando, o
2072 IBAMA deverá elaborar anualmente o relatório.

2073

2074

2075 **A SRª DANIELA BUOSI ROHLFS (Ministério da Saúde)** - O IBAMA consegue
2076 elaborar esse relatório se isso que aqui que nós estamos dizendo que é
2077 mínimo se não estiver na ficha? Então, é óbvio que têm que estar na ficha.
2078 Não precisa.

2079

2080

2081 **O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**
2082 **Minas Gerais)** – Você tem toda razão, mas o que ele está dizendo é o seguinte
2083 que na hora do relatório ele não precisa por a rota. Eu até concordo. Agora,
2084 separar exatamente a proposta.

2085

2086

2087 **A SRª DANIELA BUOSI ROHLFS (Ministério da Saúde)** - O que acontece, eu
2088 volto lá atrás. Então, o que nós estamos propondo aqui é que nós definamos
2089 também o que o formulário deve ter. Porque são coisas diferentes. Porque
2090 essa frase não garante é obviedade de leitura. O que está sendo proposto é
2091 nós voltarmos para o artigo 3º e definir o que o formulário tem que ter e onde
2092 que a rota vai entrar.

2093

2094

2095 **A SRª ZILDA VELOSO (MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE)** - Até lendo o
2096 artigo 1º de novo, eu vi que nós vamos ter que corrigir uma coisa no artigo 1º.
2097 Está falando anualmente no ato do preenchimento do Relatório Anual de
2098 atividades. Nós não estamos mais criando isso aqui não. Não é no ato, é um
2099 relatório à parte específico. Bom, eu acho que nós podemos fazer o seguinte,
2100 nós podemos colocar contendo minimamente aqui as informações do cadastro.
2101 No artigo 1º nós abrimos, copiamos isso daqui e acrescentamos a rota e
2102 continuamos no artigo 4º com esse relatório sem a rota. Tendo o entendimento
2103 de que isso for possível daqui algum tempo se colocar essa rota isso será
2104 colocado porque esse relatório será apresentado no CONAMA, se ele vai ser
2105 apresentado no CONAMA nós vamos ter esse feedback, a possibilidade de se
2106 colocar isso.

2107

2108

2109 **O SR. ERIC FISCHER (MINISTERIO DA SAUDE)** - Só uma colocação, com
2110 relação ao que o José Cláudio falou um outro momento que ele gostaria de
2111 saber como gestor do Estado o que está passando pelo Estado. E o município
2112 também gostaria de saber o que está passando pelo seu município. Então,
2113 talvez uma questão seja inserir os municípios e Estados por onde vai passar.
2114 Ele já é gerado aqui ele chega lá e está atravessando esses, então é uma rota
2115 mínima sem dizer qual está, mas está passando por tal, por tal, por tal. Mas,
2116 como informação.

2117

2118

21190 **SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**
2120**Minas Gerais)** – Ele fala todas as vias que passa.

2121

2122

21230 **SR. ERIC FISCHER (MINISTERIO DA SAUDE)** - Mas ai é muito mais
2124detalhado.

2125

2126

21270 **SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**
2128**Minas Gerais)** – A informação o problema é esse, senão eu vou passar em tal
2129município, mas por onde você vai passar, eu quero saber.

2130

2131

21320 **SR. ERIC FISCHER (MINISTERIO DA SAUDE)** - Eu concordo com você,
2133mas quando eu estou trabalhando com banco de dados eu quero digitar. Então,
2134eu vou ter a informação da forma como está de todos os resíduos gerados em
2135todos os municípios e todos os resíduos que chegarem em todos os municípios
2136, mas eu não tenho a informação de todos os resíduos que estão passando
2137pelo meu município.

2138

2139

21400 **SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**
2141**Minas Gerais)** – Pela rota você tem. Quando eu falo que eu estou passando
2142na Fernão Dias. Ele fala saí de São Paulo e vou para Belo Horizonte pela
2143Fernão Dias.

2144

2145

21460 **SR. ERIC FISCHER (MINISTERIO DA SAUDE)** - Você vai ter a informação
2147geral, ai se você quiser minimizar, você minimiza.

2148

2149

2150A **SRª DANIELA BUOSI ROHLFS (Ministério da Saúde)** - Vamos ver então
2151como ficaria a proposta. A proposta que está sendo elaborada é que no artigo
21521º façamos a inserção desses itens que têm no artigo 4º incluindo rota. Estou
2153certa? Então, faz um ctrol C, ctrol V, por favor.

2154

2155

21560 **SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**
2157**Minas Gerais)** – Ai tem que tirar no ato do preenchimento do relatório anual de
2158atividades pelos geradores.

2159

2160

2161A **SRª DANIELA BUOSI ROHLFS (Ministério da Saúde)** - Já vamos rever o
2162texto. Adriana, já pode dar uma limpadinha nesse que nós já cortamos. Bom.
2163Então, o artigo 1º ficaria: esta Resolução dispõe sobre a obrigatoriedade de
2164fornecimento das informações referentes à movimentação de resíduos
2165perigosos por meio da base de dados do Cadastro Técnico Federal de
2166atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos naturais CTF, no
2167ato do, ai tira isso tudo, pelos geradores e transportadores e destinadores.
2168Certo? Vamos cortar para ver como é que fica. Esta Resolução dispõe sobre a

2169obrigatoriedade de fornecimento da informação referentes à movimentação de
2170resíduos perigosos por meio da base de dados do Cadastro Técnico Federal de
2171atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras do recurso naturais CFT.
2172Pode jogar isso lá para cima não? Fornecimento das informações pelos
2173geradores, transportadores e destinadores. Lá em cima mesmo. Fornecimento
2174pelos geradores transportadores e destinadores das informações. Vão ficar
2175todas as informações. É só transportador. Isso já estava no artigo 1º gente.
2176Muito calma nessa hora. Vamos ver como era a proposta. Nós já estamos
2177criticando-a sem saber como ela é. Muito calma. Está bom. Vamos de novo.
2178Esta Resolução dispõe sobre a obrigatoriedade de fornecimento pelos
2179geradores, transportadores e destinadores das informações referentes à
2180movimentação de resíduos perigosos por meio da base de dados do Cadastro
2181Técnico Federal da atividade potencialmente poluidoras e utilizadoras de
2182recursos naturais. Ok? Todos de acordo? Aí temos uma proposta de que o
2183estava no artigo 4º viesse para o artigo 1º que agora nós vamos construir o
2184como é isso. Não é nada disso.

2185

2186

2187

2188

2189**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**
2190**Minas Gerais)** – A colocação da todos os dados, inclusive rota deve constar
2191onde se fala do formulário para preenchimento. Então, isso está no artigo 2º ou
21923º. Bota-se um parágrafo. No formulário deverá constar minimamente e
2193descrição da rota.

2194

2195

2196**A SRª DANIELA BUOSI ROHLFS (Ministério da Saúde)** - O artigo 3º ele era
2197assim: as informações referentes à movimentação de resíduos perigosos
2198deverão ser declaradas pelo transportador em formulário específico no CTF até
219948 horas antes da movimentação. Aí teremos um parágrafo 2º que já temos o
2200único. Já tem o único que vai virar 1º. Deverá conter. § 1º, o formulário previsto
2201no caput desse artigo 3º no caput porque senão vai achar que vai voltar lá. Não
2202necessariamente. O caput não pode ser da Resolução. O caput deverá conter
2203minimamente dois pontos: 1) tipo de resíduo perigoso. 2) quantidade, volume
2204ou massa 3) tipologia de atividades do gerador. 4) tipologia de atividades do
2205destinador. 5) finalidade da movimentação e 6) descrição da rota.

2206

2207

2208**A SRª ZILDA VELOSO (MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE)** - Tem uma coisa
2209que vai ficar um pouco confusa na hora que nós. Eu até tinha falado de colocar
2210a tipologia, mas todos os 3 estarão colocando a mesma informação ao mesmo
2211tempo, o gerador, o transportador, o destinador.

2212

2213

2214

2215**A SRª DANIELA BUOSI ROHLFS (Ministério da Saúde)** - Zilda, agora nós
2216fomos para o artigo 3º, isso não vai entrar no artigo 1º.

2217

2218

2219A **SR^a ZILDA VELOSO (MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE)** -
2220Independentemente disso, porque nós estamos falando das informações e
2221formulários. No primeiro, você diz que as obrigações são do gerador, do
2222transportador e do destinador.

2223

2224

2225**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**
2226**Minas Gerais)** – E peço licença para responder, porque essa proposta é do
2227grupo. Responsabilidade deles. Qual foi a intenção?

2228

2229

2230**O SR. ANDRÉ SARAIVA (ABINE, FIESP, CNI)** - O escopo da Resolução
2231mudou totalmente. Mudou sim. Não meu entendimento nós tínhamos um
2232caráter da informação que ele ia num base anual de Cadastro Técnico Federal
2233e cada um ia informar e o IBAMA através ia soltar um relatório compilando
2234essas informações e deveriam ter esses mínimos detalhes. Minimamente
2235esses detalhes. Agora, nós trouxemos um comportamento online de 48 horas
2236antes do evento e nós queremos um dado de rota e essa informação deve ser
2237gerada por um único ator dos 3, o transportador. Então, são comportamentos
2238diferentes.

2239

2240

2241**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**
2242**Minas Gerais)** – Agora eu quero entender. Vamos voltar à original. Na original,
2243os 3 iam declarar tipo de resíduo, quantidade de tudo que nós estamos falando,
2244menos rota. Você acha que os 3 devem continuar?

2245

2246

2247**O SR. ANDRÉ SARAIVA (ABINE, FIESP, CNI)** - Lógico. Do anualmente sim.

2248

2249

2250**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**
2251**Minas Gerais)** – Porque a única coisa a obrigação de 48 horas só para o
2252transportador, mas o resto deve continuar a mesma coisa. Então, é só acertar a
2253redação. Não voltar.

2254

2255

2256**A SR^a JUSSARA KALIL (Abes)** - Na verdade, eu acho que o transportador
2257também teria que inserir que o transportador minimamente ali nesse formulário
2258teria que dizer informar de quem que ele está transportando. Então, o gerador
2259e para onde e para quem ele está levando. Mas, nas informações que têm que
2260estar no formulário nós não estamos colocando agora que tem que ter o
2261gerador e tal. Então, só um vai informar todas as coisas que é o transportador.
2262Os outros continuam fazendo como hoje já fazem. O transportador vai dizer
2263estou levando tal resíduo daqui para lá. Só fala em tipologia da atividade, mas
2264quem é o gerador.

2265

2266

2267**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**
2268**Minas Gerais)** – Eu estava entendendo que unidade federação e município e

2269origem e destino. Qual elealaria da sua origem, qual é o município?
2270Evidentemente a origem é o gerador. Se isso não está claro vamos clarear.

2271

2272

2273**A SRª JUSSARA KALIL (Abes)** - Eu acho que não está claro. Nesse
2274formulário está faltando dizer isso. Que minimamente também tem que.

2275

2276

2277**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**
2278**Minas Gerais)** – No item 7, unidade federação por origem e destino, ele já ia
2279falar origem e destino e indústria tal. E aí o pessoal está pedindo qual o Estado
2280e eu ainda disse além do estado falar qual o município.

2281

2282

2283**A SRª JUSSARA KALIL (Abes)** - Mas é que o transportador não leva numa
2284carga não sei disso, mas acredito que seja assim, todos os resíduos todos
2285saindo de um gerador para outro. Então, ele tem que informar que ele está
2286neste trajeto ele está carregando tal resíduo de gerador tal, e estou levando
2287para tal lugar para tal empreendedor que pode ser, inclusive no mesmo
2288município, dois empreendedores. Ele vai dizer que eu estou indo para
2289Lagoinhas levar tais e tais resíduos de tais e tais empreendedores.

2290

2291

2292**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**
2293**Minas Gerais)** – Perfeitamente, É como nós praticamente.

2294

2295

2296**A SRª JUSSARA KALIL (Abes)** - Ficou faltando no formulário dizer tem que
2297falar do gerador e do destinador.

2298

2299

2300**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**
2301**Minas Gerais)** – É porque eu estava entendendo que isso já estava. Porque
2302quando ele fala origem e destino, se ele tem duas origens, ele fala as duas
2303origens. No nosso sistema já é assim. Origem e destino. O que é origem?
2304Indústria tal ou indústrias tais ou depósitos tais, município tal e Estado tal. Para
2305mim, origem é isso. Agora você tem toda razão, se isso não está claro, vamos
2306aclarar.

2307

2308

2309**A SRª JUSSARA KALIL (Abes)** - Não é indústria metalúrgica, mas é mas não
2310fala em origem ali.

2311

2312

2313**A SRª DANIELA BUOSI ROHLFS (Ministério da Saúde)** - Atenção, botemos
2314ordem. Vamos organizar, por favor. Artigo 3º. Pode ser o órgão público
2315também. Saiu de unidade da federação e alterou para unidade da federação e
2316município. Esse 8 aí. Se não atende nós temos que ver, mas tem que subir de
2317qualquer forma. Copia esse 8 aí, por favor.

2318

2319

2320 **A SRª JUSSARA KALIL (Abes)** - É que antes isso estava dentro da questão
2321 do Relatório Anual, que não interessava quem era o gerador empreendedor.
2322 Agora, sim.

2323

2324

2325 **A SRª DANIELA BUOSI ROHLFS (Ministério da Saúde)** - Põe antes de rota.

2326

2327

2328 **A SRª DANIELA BUOSI ROHLFS (MINISTERIO DA SAÚDE)** - O que
2329 aconteceu foi isto: na hora que Adriana estava digitando todo mundo começou
2330 a falar e ele perguntou, alguém disse a ele retira isso aí e coloca rota.

2331

2332

2333 **ROBERTO ALVES MONTEIRO (SRHU/MMA)**: Para resolver todo esse
2334 imbróglio e dar essa informação correta, se isso ai foi gerado para relatório,
2335 não tinha sentido se estabelecer indústria por indústria. Agora acontece, é só
2336 colocar ali quantidade e volume, onde está o negócio e antes da atividade botar
2337 gerador tipologia de atividade de gerador depois destinador e tipologia da
2338 atividade do destinador. Morreu o assunto.

2339

2340

2341 **A SRª ZILDA VELOSO (MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE)** - Só um
2342 pouquinho. Infelizmente volto a falar de novo. O IBAMA não está aqui, nós
2343 estamos falando que ele vai colocar isso no relatório dele, isso cabia lá.

2344

2345

2346 **A SRª DANIELA BUOSI ROHLFS (Ministério da Saúde)** - Nós estamos em
2347 formulário, essas são as informações mínimas o que formulário deve conter. Só
2348 estou esclarecendo.

2349

2350

2351 **A SRª ZILDA VELOSO (MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE)** - Eu posso falar?
2352 O sujeito vai abrir o relatório da empresa dele e vai colocar essas informações.
2353 O relatório é o que o IBAMA chama com a ficha cadastral e as informações da
2354 empresa. Então, para ele entrar no sistema, ele vai ter que abrir pelo CNPJ
2355 dele, pelo código que ele. Então, o que é importante saber: o tipo de resíduo,
2356 quantidade, tipologia, principalmente, quantidade, isso ele tem que colocar,
2357 porque isso é uma informação específica para aquela movimentação. Agora,
2358 tipologia de atividade do gerador, tipologia da atividade do destinador, isso é
2359 importante para o Relatório Anual que o IBAMA vai fazer. Isso aí já está dentro
2360 do cadastro porque ele já está inserido na tipologia que cadastro tem. Então,
2361 vamos ver o que nós estamos querendo colocar de informação a mais que hoje
2362 não está no cadastro para. No caso aqui o transportador que vai colocar isso
2363 ou é todo mundo? É o transportador. Então, o que ele vai colocar de
2364 informação? O tipo de resíduo que está movimentando, a quantidade daquele
2365 resíduo. Ele vai ter que informar, o gerador vai ter que informar pelo CNPJ que
2366 ele informar dele e o do destinador e do transportador, você já mapeia a
2367 tipologia que ele está inserido dentro do cadastro. Então, o transformador não
2368 vai precisar dizer a tipologia da atividade do gerador, não vai poder dizer a

2369tipologia. Ele vai ter que dizer quem é o gerador e quem é o destinador, mas
2370não a tipologia. A finalidade da movimentação também não quem vai ter que
2371informar isso é o gerador. Não é ele. Entendeu. Então, nós temos que ver. Eu
2372deixei até a discussão acho que fluir, mas vamos olhar do ponto de vista de
2373quem vai informar isso. Ele vai informar em cima de uma informação, perdão
2374da redundância, que o gerador já informou lá atrás. Então, isso daí nós não
2375precisamos.

2376

2377

2378**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**
2379**Minas Gerais)** – Então, só gerador destinador.

2380

2381

2382**A SRª DANIELA BUOSI ROHLFS (MINISTERIO DA SAÚDE)** - Quem é o
2383gerador e quem é o destinador. Porque aí cruza com essa outra informação.

2384

2385

2386**A SRª ZILDA VELOSO (MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE)** - Uma questão
2387de ordem. Nós vamos estender essa reunião até a parte da tarde com certeza.
2388Mas, ainda tem o que Nilo pediu para discutir a política.

2389

2390

2391**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**
2392**Minas Gerais)** – Mas ele pode fazer depois do almoço. Eu acho que nós
2393poderíamos acabar isso antes do almoço.

2394

2395

2396**A SRª DANIELA BUOSI ROHLFS (Ministério da Saúde)** - Eu perdi alguma
2397coisa. Vai inserir transportador? Já está. Ele que está informando. Vamos lá.
2398Tipo de resíduo perigoso, quantidade, volume ou massa, gerador, destinador,
2399unidade da federação e município de origem de destino do resíduo perigoso e
2400descrição da rota. Número 6 e não 7. Deixa-me só fazer uma pergunta que eu
2401fui bem ali e perdi. Não era o contrário? Esse não era parágrafo um e o de
2402cima viraria dois? Então tá, faz essa alteração, por gentileza. Esse seria o § 1º.
2403Antes de eu ir ali.

2404

2405

2406**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**
2407**Minas Gerais)** – Então, o formulário deverá ter isso, o IBAMA deverá
2408disponibilizar isso.

2409

2410

2411

2412**A SRª DANIELA BUOSI ROHLFS (Ministério da Saúde)** - Mas é a mesma
2413lógica de uma Resolução. Eu não concordo não, porque nós falamos, falamos
2414e depois diz ela entra vigor tal. É a mesma lógica. Tem que dizer quando isso
2415entra em vigor depois do que é o que é isso. Mas, eu estou só fazendo uma
2416correlação, assim paralela. Eu vou ler tudo de novo até vocês decorarem.
2417Artigo 3º, as informações referentes à movimentação de resíduos perigosos
2418deverão ser declaradas pelo transportador em formulário específico no CTF até

241948 horas antes da movimentação. § 1º, o formulário previsto no caput deverá
2420conter minimamente: tipo de resíduo perigoso, quantidade, volume ou massa,
2421gerador, destinador, unidade federação e municípios de origens e de destino
2422do resíduo perigoso e descrição da rota. § 2º, o IBAMA deve disponibilizar até
242331 de março de 2011 o formulário específico mencionado no caput para a
2424declaração das informações. Todos estão de acordo? A redação está
2425aprovada? Aprovada. vamos. Então, para o artigo 4º. O IBAMA deverá elaborar
2426anualmente relatório da movimentação de resíduos perigosos contendo
2427minimamente: tipo de resíduo perigoso, quantidade, volume ou massa,
2428tipologia de atividades do gerador, tipologia de atividade do destinador,
2429finalidade da movimentação e unidade da federação e município de origem de
2430destino do resíduo perigoso. Todos estão de acordo com a redação do artigo
24314º? Alguém quer fazer algum comentário? Redação aprovada. § ú, § único, o
2432relatório mencionado no caput deverá ser apresentado pelo IBAMA na segunda
2433reunião ordinária do CONAMA. Todos estão de acordo?

2434

2435

2436**O SR. MARCO ANTÔNIO CAMINHA (CNI)** - Só uma reflexão aí. As
2437resoluções estão saindo na sua grande maioria com esse parágrafo ou como
2438artigo, pelo que eu estou entendendo o IBAMA vai ter que acabar criando uma
2439diretoria um departamento elaboração de relatório e nós vamos ter que ter pelo
2440menos duas reuniões por ano só para ver esses relatórios. Nós temos com
2441esse aí, se aprovado esse, são 6 já ou 7. É só para refletir se, na realidade, o
2442IBAMA. Não. Tem pneus, tem de pilha de baterias. Tem também.

2443

2444

2445**A SRª CELMA A. DOS SANTOS (ANAMMA)** - Eu ia lembrar isso em função
2446do que o Relatório Anual do GMP, lembra que nós solicitamos aquela mudança
2447da data da apresentação em função dessa correria que se dá no início do ano.
2448Não dá tempo de apresentar, não dá tempo de elaborar relatório.

2449

2450

2451**A SRª ZILDA VELOSO (MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE)** - Selma,
2452desculpe. Mas o de MP houve a mudança em função do problema dos dados
2453que não poderiam. Não tem nada a ver com a apresentação do relatório.

2454

2455

2456**A SRª CELMA A. DOS SANTOS (ANAMMA)** - Eu sei. Acontece o seguinte
2457será que isso também não poderá ocorrer com o IBAMA e não dar tempo para
2458essa segunda?

2459

2460

2461**A SRª ZILDA VELOSO (MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE)** - Na segunda o
2462prazo é razoável porque os dados seriam apresentados até a consolidação
2463anual dos dados do cadastro que é sempre feita depois de 31 de março. Então,
2464o objetivo de colocar na segunda foi esse. Agora, se tem tantos relatórios
2465assim eu não como eu disse eu não posso não tenho condições de falar pelo
2466IBAMA nesta reunião.

2467

2468

2469O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de
2470Minas Gerais) – Eu acho que o Caminho observou muito bem. O que nós
2471estamos usando no Estado de Minas é as obrigações disponibilizar. Nós
2472temos que colocar no nosso site e se alguém quiser algum esclarecimento vai
2473na reunião e pega. Então é disponibilizar. Disponibilizar.

2474

2475

2476A SR^a DANIELA BUOSI ROHLFS (Ministério da Saúde) - Por favor, então,
2477vamos fazer uma nova proposição de redação que ficaria o relatório
2478mencionado no caput deverá ser apresentado pelo IBAMA. Desculpa.
2479Disponibilizado pelo IBAMA até 30 junho do ano subsequente. Precisa dizer
2480para quem? Não né. No site está bacana.

2481

2482

2483O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de
2484Minas Gerais) – O caput já fala que é anual.

2485

2486

2487A SR^a ZILDA VELOSO (MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE) - Disponibilizado
2488onde? No sítio do IBAMA na Internet? Hein José Cláudio. Disponibilizado no
2489sítio do IBAMA na internet. Em seu sítio na Internet pelo IBAMA em seu sítio na
2490internet até 31 de junho do ano seguinte.

2491

2492

2493A SR^a DANIELA BUOSI ROHLFS (Ministério da Saúde) - A proposta de
2494redação para o § único do artigo 4º fica: o relatório mencionado no caput
2495deverá ser disponibilizado pelo IBAMA em seu sítio na Internet até 30 do junho
2496do ano subsequente. Todos estão de acordo com a redação proposta?
2497Redação aprovada. Artigo 5º.

2498

2499

2500O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de
2501Minas Gerais) – Daniela, nós temos que voltar ao 1º pelo o que o André falou
2502ficou aquele problema. Porque nós tiramos os geradores e os destinadores. Eu
2503nem sei se ele tem que esta aqui.

2504

2505

2506A SR^a DANIELA BUOSI ROHLFS (Ministério da Saúde) - Voltemos, por
2507gentileza, para o artigo 1º.

2508

2509

2510O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de
2511Minas Gerais) – Zilda, por favor. É porque no artigo 1º contemplava geradores
2512e destinadores. Do jeito que ficou tirou. Eles já não são obrigados por outros
2513instrumentos no relatório do IBAMA declarar hoje todos o gerador já não
2514declaro não CTF o que ele gera de resíduo?

2515

2516

2517A SR^a ZILDA VELOSO (MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE) - O gerador sim.
2518Mas, ele não detalha com esse grau de informação. Ele gerir o resíduo gerado

2519no processo produtivo dele. Entendeu? Isso ele detalha: a quantidade e o tipo
2520de resíduo.

2521

2522

2523**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**
2524**Minas Gerais)** – O tipo de resíduo, a quantidade o que mais que hoje tem? A
2525tipologia dele não precisa porque ele já foi. Então, já está não vai transportar.

2526

2527

2528**A SRª ZILDA VELOSO (MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE)** - Se não me
2529falha a memória, não existe hoje a finalidade de movimentação nem nenhuma
2530relação que ele teria que informar no caso do resíduo não ser tratado naquela
2531unidade não precisa ser transportado ele hoje não informa quem transporta
2532para ele e não necessariamente informa quem recebe esse resíduo para ele.
2533Hoje não.

2534

2535

2536**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**
2537**Minas Gerais)** – Bom, mas olha só. Quem transporta, com essa resolução, o
2538transportador declarando eu vou ter o dado porque o sistema cruza.

2539

2540

2541**A SRª ZILDA VELOSO (MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE)** - O relatório seria
2542feito do cruzamento dessas duas informações. Então, o gerador precisaria
2543informar quem transporta e quem recebe e qual a finalidade do recebimento.

2544

2545

2546**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**
2547**Minas Gerais)** – Mas quando o transportador declara de quem ele buscou a
2548informação não entra no sistema.

2549

2550

2551**A SRª ZILDA VELOSO (MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE)** - Eu sei, mas
2552essa informação só é cruzada porque um gerador pode ter mais de um
2553transportador e o transportador pode atender a mais de um gerador. Então,
2554informação só vai ser cruzada para fins daquela movimentação Eu estou te
2555dizendo precariamente isso porque o conhecimento que eu tinha do cadastro
2556um tempo atrás. Essa informação poderá ser cruzada e feito um relatório foi
2557para qual e voltou para qual se ambos informarem a mesma coisa. Nesse caso
2558cabe colocar a mesma informação porque o gerador vai ter que informar quem
2559transporta para ele e quem recebe o resíduo. A unidade que vai fazer o
2560tratamento daquele resíduo.

2561

2562

2563**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**
2564**Minas Gerais)** – Então, solução que eu tenho encontrando aqui para apreciar é
2565no artigo 1º deixar igual estava originalmente.

2566

2567

2568 **A SRª DANIELA BUOSI ROHLFS (Ministério da Saúde)** - Como ficou o artigo
2569 primeiro?

2570

2571

2572 **O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**
2573 **Minas Gerais)** – Eu estou falando deixar como estava originalmente e fazer um
2574 parágrafo efetuando dizendo e dizer no caso da rota. Porque a única diferença
2575 que esta tendo de um para outro é a rota. Ela está dizendo que tem que
2576 declarar quem vai transportar.

2577

2578

2579 **A SRª DANIELA BUOSI ROHLFS (MINISTERIO DA SAÚDE)** - Claro. Mas,
2580 tem que declarar porque ele gera.

2581

2582

2583 **A SRª ZILDA VELOSO (MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE)** - Você não
2584 impressionou atenção ou então, não entendeu. Para você cruzar informações e
2585 poder ter um relatório no final. Os relatórios são sempre feitos com cruzamento
2586 de informações, então você precisa lançar o CNPJ de quem vai transportar e
2587 de quem vai destinar. Não.

2588

2589

2590 **A SRª DANIELA BUOSI ROHLFS (MINISTERIO DA SAÚDE)** - Não é só
2591 relatório porque um gerador pode ter mais que um transportador. Por isso que
2592 ele tem que declarar.

2593

2594

2595 **A SRª ZILDA VELOSO (MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE)** - Como é que eu
2596 vou saber qual o transportador que você está usando.

2597

2598

2599 **A SRª DANIELA BUOSI ROHLFS (MINISTERIO DA SAÚDE)** - O gerador
2600 pode gerar cem e contratar transportadores legalizados para transportar 80. Só
2601 saber dos 80. Porque ele não vai informar para onde está levando. Então, vai
2602 passar é bom que se possa cruzar. Todo mundo informa tudo e esta bem.

2603

2604

2605 **O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**
2606 **Minas Gerais)** – Então, se nós voltarmos à versão original esse problema
2607 existia também porque a versão original não falava que tinha que dar
2608 informação ao transportador. Isso aqui não é licenciamento. Não fala essa
2609 palavra aqui não. Nós estamos falando de cadastro. O transportador é porque
2610 você fez uma observação que eu achei pertinente. Então, eu voltei ao original
2611 para ver se tratava desse assunto. Não tratava. Porque ela falava aqui que ela
2612 não fala que tem a original que vocês trouxeram aqui. Porque eu acho, Zilda,
2613 mesmo tendo várias origens e vários destinos você cruza porque o
2614 empreendedor que gera um resíduo o empreendedor A ele declara que resíduo
2615 que ele gera e qual é a destinação final. Porque nós estamos botando
2616 minimamente. Se o IBAMA sentir falta de por mais, ele faz mais conexão não é
2617 verdade?

2618

2619

2620 **A SRª DANIELA BUOSI ROHLFS (Ministério da Saúde)** - Então, assim sendo
2621 a proposta que nós aprovamos do artigo 1º permanece aprovada. Nada foi
2622 alterado. Todos de acordo? Não. Artigo 5º. Está Resolução entra em vigor na
2623 data de sua publicação. Todos de acordo? Não?

2624

2625

2626 **A SRª ZILDA VELOSO (MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE)** - Faltam dois
2627 artigos: o que revoga o 1ª de 86, o prazo para entrada em vigor nós já
2628 resolvemos quando nós corrigimos. Então é só revogar a resolução 1a de 86.
2629 Esse também foi um questionamento.

2630

2631

2632 **A SRª DANIELA BUOSI ROHLFS (Ministério da Saúde)** - Não é no mesmo
2633 artigo? Então, vamos lá. A nova proposta, então, ficaria que o artigo 5º. Então,
2634 Resolução a redação do artigo 5º ficaria revogasse a Resolução 1 a de 23 de
2635 janeiro de 1986, artigo 6º esta Resolução entra vigor na data da sua
2636 publicação. Todos estão de acordo com a nova redação? Ok? Resolução
2637 Conama. Ok? Então, a proposta da Resolução fica aprovada. Nós temos ainda
2638 mais dois pontos de pauta, um que seria a abertura. Nós não fizemos a
2639 aprovação dos resultados e da transcrição da 32ª reunião. Então, eu gostaria
2640 fazer a aprovação pode ser antes de nós comermos a feijoada? Todos de
2641 acordo? Então, por favor.

2642

2643

2644 **NILO SERGIO DE MELO DINIZ (Diretor do CONAMA):** Uma dúvida. Sei que
2645 todos os conselheiros trabalharam muito e estão com fome, mas eu pergunto o
2646 seguinte: a discussão que nós queremos fazer aqui, eu acho que muito breve,
2647 sobre a política, vocês preferem fazer logo depois do almoço? Eu acredito que
2648 não vá alongar muito essa conversa. Eu já fui procura-la, ela já saiu não sei se
2649 ela retorna também às 14h. Às 14h? Então, vocês preferem almoçar e depois
2650 nós voltamos.

2651

2652

2653 **A SRª DANIELA BUOSI ROHLFS (Ministério da Saúde)** - Mas eu vou
2654 almoçar sem ter aprovado nada? Pelo amor de Deus. Algum eu não vou ler
2655 não gente. Olha só, atenção, por favor, senhores. Olha a histeria para almoço.
2656 Eu gostaria de saber se algum conselheiro tem algum comentário a fazer sobre
2657 os resultados e a transcrição da 32ª reunião da Câmara Técnica de Saúde,
2658 Saneamento Ambiental e Gestão de Resíduos? Não? Aprovada. Vamos
2659 pactuar o horário de retorno, por favor. São 12 horas e 48 minutos, todos
2660 conseguem comer a feijoada, deitar na rede, levantar e estar aqui de dentes
2661 escovados às 14h? Combinado.

2662

2663

2664 **A SRª DANIELA BUOSI ROHLFS (Ministério da Saúde)** - Vamos retomar,
2665 então, à nossa pauta. Foi pedida a inclusão de um informe sobre a questão da
2666 política nacional de resíduos sólidos. Eu passo a palavra para Nilo para ele
2667 poder fazer esse informe para nós.

2668

2669

2670**NILO SERGIO DE MELO DINIZ (Diretor do CONAMA)**: Boa tarde a todos. É o
2671seguinte eu estou aguardando aqui a chegada da Cláudia que é a diretora do
2672departamento de ambiente urbano da secretaria de recursos hídricos, para que
2673ela dê uma informação preliminar sobre a expectativa do Ministério em relação
2674à regulamentação por Decreto da nossa futura Lei da Política Nacional de
2675Resíduos Sólidos. Foi aprovada no Congresso, mas aguarda sanção do
2676presidente estava prevista para o dia dois de agosto numa solenidade e com
2677devido destaque que merece o tema. E ela está chegando, mas enquanto isso
2678eu acho que eu posso ir iniciando aqui e aí ela depois complementa. Estou
2679falando mais do ponto de vista do Decreto propriamente. Como que vai ser o
2680trabalho porque a coordenação desse trabalho quem vai pilotar esse trabalho
2681no Governo Federal, que é uma prerrogativa do Executivo, a regulamentação e
2682a elaboração do Decreto, é o Ministério do Meio Ambiente, dentro do Ministério
2683do Meio Ambiente a Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano que
2684vai coordenar esse trabalho naturalmente junto com outras áreas técnicas do
2685Ministério. A Zilda, por exemplo, deve entregar um grupo que venha a ser
2686formado e outros técnicos. Mas, o que eu quero dizer é que só o que
2687presidente da Câmara, titular no caso o Tiago Camargo pelo ANAMMA, ele
2688havia nos solicitado há uns dias atrás que nós já pudéssemos nessa reunião da
2689Câmara Técnica tratar desse assunto de uma forma mais executiva mesmo
2690verificando, por exemplo, os GTs. Nós temos aí um número grande até a GTs -
2691Grupos de Trabalho - em andamento tratando da questão de resíduos e a
2692dúvida dele era se não deveríamos, então, nessa reunião já prevermos que
2693GTs - Grupos de Trabalho - que teriam que ser interrompidos eventualmente. A
2694Cláudia chegou. Estávamos lhe aguardando aqui. Pode chegar aqui Cláudia,
2695por favor. Só fazendo uma introdução para você dar um informe melhor sobre
2696o andamento da política. Mas eu consultei a Secretaria Executiva e nós
2697entendemos, quer dizer, a Secretaria Executiva entendeu que como a Lei,
2698aliás, o projeto de Lei ainda não é Lei porque a aprovado pelo Congresso ele
2699tem que ser sancionado. Enquanto não é sancionado não está em vigor e a
2700sanção todos sabem pode eventualmente merecer algum veto por parte do
2701presidente, se bem não há uma previsão pelo que tudo indica, mas a sanção
2702presidencial parece um pouco com o CONAMA neste sentido. Sempre é bom
2703ver o que acontece na hora que acontece. Não dá para fazer muita previsão
2704não. Melhor esperar nós ponderamos com o Tiago que é melhor aguardar, não
2705é isso, Adriana? Adriana conversou com ele aguardar a sanção presidencial,
2706portanto, para essa reunião não daria tempo para nós fazermos uma discussão
2707mais conclusiva, mais de encaminhamentos mesmos, objetivos aqui no âmbito
2708o CONAMA, aguardar a sanção presidencial. Aí em seguida por sugestão da
2709Secretaria Executiva nós realizaríamos, então, numa próxima reunião dessa
2710Câmara Técnica uma avaliação mais apurada, inclusive de acordo com o
2711andamento dos GTs - Grupos de Trabalho. Eu tenho ido às reuniões dos
2712grupos e feito uma observação inicial nesse sentido também de que o trabalho
2713do CONAMA, tanto GTs - Grupos de Trabalho quanto resoluções vigentes da
2714área de resíduos sólidos, naturalmente vão passar pelo crivo da lei agora em
2715todos os sentidos e nós não precisamos ter pressa. Não precisamos ficar
2716ansioso por isso que é uma boa notícia: o fato de ter hoje a política. Para o
2717COMANA é absolutamente funcional e absolutamente essencial que nós

2718tenhamos esse guarda-chuva para continuar operando. Eu acho que CONAMA
2719vem operando bem nessa área, com muitas controvérsias, mas poucas, vamos
2720dizer, rejeições judiciais as suas decisões. Poucas ou nenhuma. Eu não me
2721lembro de nenhuma agora assim que tenha havido. Quer dizer, então, com a
2722Lei vai ficar bem mais fácil o trabalho. Não há necessidade de correr, mas
2723também. Eu ponderei aqui com alguns coordenadores de GTs, Cláudio
2724Junqueira foi um, e também o Ricardo também que nós não faríamos vamos
2725dizer assim debrearia um pouquinho o trabalho. Debrearia quer dizer o que? É
2726dar uma compassada no trabalho dos GTs - Grupos de Trabalho porque não
2727adianta agora acelerar já para ter minutas de Resolução sem ter essa reflexão
2728daqui uns dias ainda para frente. Então, nós vamos tocoando os GTs - Grupos
2729de Trabalho sem naturalmente interromper, mas com ritmo mais lento para
2730exatamente nos ajustarmos ao andamento do trabalho que o Ministério inicia
2731em agosto de formulação do Decreto de regulamentação. Então, esse era o
2732sentido de nós conversarmos um pouco aqui. Apenas para esclarecer porque
2733não dá ainda para nós tomarmos providências efetivamente. Eu ouvi a Cláudia,
2734que é diretora do Departamento de Ambiente Urbano. Gerente, perdão. Diretor
2735é o Sérgio Gonçalves. Às vezes no futuro, Cláudia. Uma promoção do Sérgio,
2736do Silvano, e você, todos promovidos. Eu quero passar então, com a
2737permissão da presidente da Daniela, a Cláudia para ela dar uma informação
2738para os conselheiros e se houver algum pedido de esclarecimento que ela
2739possa também atender. Obrigado.

2740

2741

2742**A SR^a CLÁUDIA (Gerente do Departamento de Ambiente Urbano)** - Boa
2743tarde. Eu sou Cláudia. Trabalho na gerência de programas urbanos. Sou
2744gerente lá do Departamento do Ambiente Urbano. Eu participo de alguns GTs -
2745Grupos de Trabalho – quando é possível nós irmos, mas eu tenho uma pessoa
2746que vai principalmente de resíduo eletrônico e de lâmpadas também e
2747acompanho unto com a Zilda alguns trabalhos nessa área de resíduos. A
2748política de resíduos como vocês sabem já está há 20 anos para sair da
2749Câmara, ela está engasgada lá, um projeto de lei com vários outros projetos,
2750mais de 100 apensados a ela. Em junho, ela finalmente conseguiu sair da
2751Câmara, depois de um longo processo com público também a participação do
2752setor do público também discutindo alguns temas do governo. Setores privados
2753também, e em seguida ela foi para o Senado e onde houve também alguns
2754ajustes pequenos para que nós do MMA não houve perda no processo como
2755do projeto como um todo e, inclusive em relação à proposta que nós
2756encaminhamos em 2007 para a Câmara, o Peri 1991, nós entendemos que
2757houve até um melhoria do texto em relação ao que o Executivo apresentou. E é
2758o texto que se tem hoje. Ele tem ferramentas, ele tem instrumentos bem mais
2759completos. Agora deve a cerimônia deve ser uma cerimônia no dia dois de
2760agosto para a sanção presidencial. Como o Nilo falou, nós não sabemos ainda
2761se vai ter algum veto ou não. Nós esperamos que tenha ou se tiver vão ser
2762coisas pequenas, que não vão comprometer o projeto como um todo. Isso
2763porque já vem o processo amplo desde 2007 que foi retomado negociação com
2764o governo e fora do governo também. Então, nós cremos que esse texto que
2765está saindo que saiu do Senado agora se houver algum veto vai ser um veto de
2766menor porte que não vai comprometer o projeto de maneira geral. E daqui para
2767frente, a Lei, não sei, o Projeto de Lei que saiu do Senado, a proposta não sei

2768se vocês já leram já tiveram conhecimento já porque nós não temos divulgado
2769exatamente porque nós não sabemos exatamente se vai ser vetada ou não.
2770Então, nós estamos evitando sair distribuindo para todo mundo, mas de
2771qualquer maneira quem já leu viu que em diversos momentos ao longo do texto
2772ele remete para uma regulamentação de alguns pontos, às vezes, mais
2773polêmicos e outros nem tanto. Então, o que o Ministério agora está fazendo é
2774debruçando não só o trabalho o que Nilo mencionou em relação aos GTs -
2775Grupos de Trabalho e às resoluções do CONAMA que já existem para verificar
2776se elas estão coerentes com a Lei se não está ainda além se não tem nada
2777que vá contra esse trabalho como nós também do Ministério agora nós
2778estamos vendo o que vai ter que ser regulamentado e qual é o grau de
2779dificuldade na regulamentação de cada um desses itens. Então, provavelmente
2780o que vai sair mais fácil regulamentar antes é o que carece de um processo de
2781conversa de processo de negociação, de discussão, vai ficar mais para frente
2782provavelmente. Como foi o próprio processo de construção desse texto que
2783nós temos hoje em dia da política que foi um processo assim os itens mais fácil
2784de negociar foram construídos e ficaram fechados mais cedo e não sofreram
2785mudança a posteriore e outros itens só puderam ser negociados é realmente e
2786o texto mais para o final. Então, nós achamos que essa regulamentação deve
2787ser nesse processo também. Nós ainda não temos prazo para fazer isso. Nós
2788estamos olhando porque para nós também se debruçar num texto que nós não
2789sabemos como vai ficar no final é complicado. Então, nós estamos fazendo
2790esse trabalho de separar por assuntos o que é mais fácil fazer, como fazer, de
2791que forma vai ser feito, quais os atores que nós vamos chamar nos momentos
2792certos para conversa. Mas é um processo como sempre tem sido um processo
2793transparente e participativo. Quanto a isso não de dúvida em relação a alguma
2794coisa. Agora se houver questionamento em relação a alguma coisa.

2795

2796

2797**A SR^a DANIELA BUOSI ROHLFS (Ministério da Saúde)** - Obrigada Cláudia.

2798Alguém queria fazer algum comentário, alguma pergunta?

2799

2800

2801**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**
2802**Minas Gerais)** – Mas comentários. Como o Nilo citou, nós conversamos um
2803pouco, eu acho que seria interessante compartilhar isso com vocês da Câmara
2804e os outros presentes no caso dos resíduos eletroeletrônicos a Cláudia a Zilda
2805e inclusive têm participado muito que tem muito ajudado. A Cláudia e a Zilda
2806têm nos guiado para que o nosso trabalho seja balizado pela lei. Em termo de
2807terminologia em termos de princípio isso eu acho que o trabalho e foi bom
2808porque nós dividimos o trabalho em subgrupo como vocês sabem e os 4 sub-
2809grupos, eram 3, agora o André da área dele já virou 3. Então temos o nosso
2810que é governo, academia e organizações não governamentais. Nós chegamos
2811ao consenso de uma proposta. Então, isso foi muito bom. Segundo o André, as
2812empresas chegaram a um consenso, os transportadores a uma outra versão e
2813o destinadores a uma outra. Nós temos uma reunião na semana que vem onde
2814vamos já começar a analisar as quatro versões e ver onde temos consenso,
2815onde podemos reduzir os dissensos. Eu até acredito que isso possa contribuir
2816no caso de eletroeletrônico para o pessoal que vai trabalhar no decreto em
2817termos de consenso e também do que nós vamos ver o que os empresários,

2818transportadores estão pensando. Isso é o 1º comentário. O segundo
2819comentário eu até estava trocando única ideia com Vanderlei, ele estava
2820dizendo que ficou decepcionado vamos dizer frustrado digamos que o capítulo
2821de instrumentos econômicos da lei foi retirado. Então, eu estava dizendo para
2822ele que eu tenho uma visão diferente, a nossa experiência inclusive no Estado,
2823que eu acho que Lei não tem mesmo que detalhar e a questão dos
2824instrumentos econômicos ela está na versão aprovada está prevista a
2825utilização de instrumentos econômicos. E no meu entender, eu acho que deve
2826ser assim mesmo. Eu acho que Lei não deve detalhar porque esses incentivos
2827podem ser temporários nós temos os incentivos não vão ser iguais. Então, eu
2828acho que isso tem que ser objeto de regulamentação mesmo. Então, eu achei
2829oportuno valor aqui para certamente a Cláudia e a Zilda que vão trabalhar no
2830Decreto eu acho que seria importante para os 4 tipos de resíduos que ele já
2831prevê de imediato a implantação da logística reversa também no Decreto ele já
2832detalhasse os incentivos os instrumentos econômicos para esse 4 tipos de
2833resíduos.

2834

2835

2836**O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (Diretor do CONAMA):** Só uma
2837observação a respeito disso. É que se nós já levamos mais de 20 anos para
2838aprovar desse jeito imagina com detalhamento que tem que ser depois mais
2839ajustado mais 20 anos para ajustar depois. Então, eu acho melhor trabalhar
2840no Decreto esse detalhamento. Vanderlei, vamos consolá-lo para ele não ficar
2841tão decepcionado assim porque com certeza o Decreto o Ministério vai saber
2842trabalhar bem aí para atender.

2843

2844

2845**A SRª DANIELA BUOSI ROHLFS (MINISTERIO DA SAÚDE) -** A ideia até
2846num processo que negociamos mesmo não sendo só nesse tema era que
2847alguns temos que não se conseguiu chegar a um ponto comum que nós
2848conseguimos aprovar uma lei que fosse boa para o País que agradasse o
2849máximo possível os diversos setores e que alguns pontos polêmicos nós
2850conseguíssemos começar a ter uma margem para negociação e uma porta aberta
2851de agora para frente. Porque, senão nós vamos ficar como foi nos outros
2852projetos por causa de um item e uma coisa o troço e eu acho o País hoje em
2853dia o prejuízo que o país está tendo não só sob o ponto de vista dos seus
2854passivos ambientais, os lixões, o passivo social. Se você pensar também a
2855falta de competitividade para os produtos nacionais pela ausência de uma lei
2856que coloca o Brasil com seus produtos no mercado nacional e internacional
2857principalmente de uma maneira mais competitiva eu acho que a perda por não
2858ter uma lei dessas é tão grande que esses assuntos cabe para nós lutarmos
2859um a um.

2860

2861

2862**O SR. RICARDO LOPES GARCIA (Representante da Confederação**
2863**Nacional das Indústrias) -** Também só dando um repórter de coordenador
2864que o nosso Grupo de Trabalho também com ajuda da Zilda. Nós estamos
2865desde início dos trabalhos nós já balizamos com a tendência da
2866responsabilidade compartilhada prevista já na própria política nacional. A minha
2867o meu questionamento é em relação ao andamento dos trabalhos. Se há uma

2868priorização porque na área de resíduos sólidos eu acho que deve ser consenso
2869para todo mundo que nós não temos os dados. Os dados para nós fazemos
2870qualquer tipo de projeção qualquer tipo de sistema, implementação,
2871investimentos. Essa esse é um grande problema pelo menos na área de
2872resíduos industriais, de resíduos de serviços de saúde e outros tipos resíduos.
2873Se há uma priorização para se trabalhar no sistema de informação na parte de
2874sistema declaratório, plano de gerenciamento, se vocês já chegaram nesse
2875ponto ou estão ainda na fase anterior?

2876

2877

2878**A SRª ZILDA VELOSO (MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE)** - Deixa eu.
2879Ricardo, nós já temos tido um grupo formal que é aquele grupo composto pelos
2880secretários dentro do Ministério que trocam informações sobre a política
2881capitaneado pelo secretário Silvano que vem nos reportando e demandando
2882quando necessário. Agora, eu e a Cláudia aqui como gerente a área de
2883consumo sustentável também nós temos um grupo informal de contato para
2884tratar de todas as questões de resíduos e envolvem desde esses assuntos do
2885CONAMA ou não necessariamente. Mas nós temos trocado informações e
2886visto aí a necessidade de tudo de desde a regulamentação até o trabalho que
2887nós vamos ter depois para colocar essa política no papel. Alguns assuntos que
2888são da minha competência na gerência de resíduos perigosos nós já tomamos
2889a frente nós já sentamos com o IBAMA, por exemplo, para discutir o inventário
2890de resíduos industriais que o IBAMA desde a época que eu ainda estava lá no
2891IBAMA nós já tínhamos feito uns 3 anos atrás um estudo e visto que a
2892resolução de 313 de 2002 não tinha conseguido ser implementada em função
2893de alguns Estados não usarem a classificação de resíduos que estava na
2894própria resolução e na hora de juntar no inventário nacional nós não
2895conseguimos juntar, ou melhor, não tinha os dados. Uma coisa é você dizer
2896um resíduo que contem papel ou dizer um resíduo perigoso que conte chumbo
2897e outra coisa e você resíduo do processamento do produto tal. Mas, contendo o
2898que? Então, esse não se encaixa em canto nenhum. Nós já estamos discutindo
2899com o IBAMA isso. Uma maneira de se ter esse dado mais rápido possível a
2900maneira. Nós vamos ter inverter as estações, por exemplo, no caso de
2901inventário. Nós vamos tentar trabalhar o inventário mais detalhadamente no
2902cadastro de empresa a empresa e depois trabalhar nos Estados. Os Estados
2903continuam, depois nós fazemos adequações dessa classificação dos Estados.
2904Entendemos que é problema. Isso ocorreu principalmente naqueles Estados
2905que geram poucos resíduos perigosos e geram uma quantidade grande de
2906resíduos nerts e não nerts, mas que têm problemas de gerenciamento e eles
2907inseriram as informações. Isso não ocorre com os perigosos, ocorre com os
2908outros resíduos. Então nós já nos adiantamos quanto a isso. A Cláudia vai falar
2909depois sobre a área dela. Também já preparamos isso previamente. Isso foi
2910internamente está nas mãos da diretora do setor, eu já tinha até conversado
2911isso com o Nilo, uma lista que vai vir essa Câmara Técnica com as possíveis
2912resoluções que devam ser modificadas em função como a Cláudia bem falou
2913em função desse texto que existe hoje. Mas, nós já podemos ter alguma ideia
2914em função disso das resoluções que vão ser modificados Quem sabe até lincar
2915prioridades trazer para vocês esse texto já mais mastigado para nós podermos
2916fazer um plano de trabalho para o próximo ano a partir de agora. Então, é isso.
2917Nós já temos se adiantado. A nossa expectativa é muito grande pela

2918aprovação, mas nós temos trabalhado em outras coisas nas cadeias e tudo. É
2919isso. Quer complementar alguma coisa.

2920

2921

2922**A SR^a DANIELA BUOSI ROHLFS (MINISTERIO DA SAÚDE)** - Sobre
2923informação que é preocupação não só sua como nossa também. Esse Projeto
2924de Lei prevê a elaboração de um plano nacional de resíduos sólidos com
2925prazo, inclusive, para elaboração são dois anos. E ele prevê uma série de
2926informações a serem repassadas no âmbito dos municípios e órgão de
2927SISNAMA e também para entrar em cadastro do IBAMA ou para entrar no
2928próprio SINIR. Isso tudo vai ter que ser montado porque nós temos plena
2929consciência de que o Brasil carece de dados não só na área de resíduo no
2930caso específico de resíduo de uma maneira muito seria que vem
2931comprometendo no planejamento das atividades do Governo. É uma essa
2932questão de informação é um processo que eu vejo. Eu vejo que o SINIR no
2933início ele vai começar provavelmente não tão grande, mas selando dos dados
2934pela confiabilidade dos dados, pela segurança dos dados e pouco a pouco se
2935vai incrementando. Não só pela dificuldade de recursos, às vezes, para você
2936obter esses dados como pela necessidade de zelar pela qualidade e capacitar
2937quem está fornecendo esses dados de forma que ele saiba exatamente o que
2938ele está fornecendo. Esse que é o ponto. Não adianta você está juntando a
2939finalidade e pouco a pouco melhorando. Então, as primeiras versões a primeira
2940versão pelo menos provavelmente do plano de um plano nacional de resíduo.
2941Ela seja uma versão mais simplificada até porque você não tem dados
2942suficientes para estabelecer metas mais ousadas e pouco a pouco a medida
2943que você vai construindo isso você vai detalhando e vai melhorando o seu
2944plano. Isso é um processo que todos os países os Estados Unidos os países
2945da Europa passaram e veem passando. Os Estados Unidos, por exemplo, no
2946caso eu conheço um pouco mais porque eu estudei sobre isso na época para
2947comparar até as políticas deles e porque das coisas. Eles tinham lixão em tudo
2948quanto é lugar. Eles criaram um programa para resolverem os passivos que
2949fazia parte uma política que tem a mais 20 anos nos Estados Unidos. Eu acho
2950que nós temos que estar conscientes de que essa política é um marco que visa
2951mudar comportamentos, hábitos, culturas não só em nível de governo como
2952governo federal como na sociedade dos setores produtivos. É eu a vejo como
2953um grande um marco, mas ao mesmo tempo como uma grande oportunidade e
2954um desafio a se vencer. Nós vamos ter que enfrentar porque não há como
2955voltar. Então, essa questão que você bem colocou dos dados nós estamos
2956cientes disso. É um processo de construção de aprimoramento, de
2957melhoramento do que nós hoje em dia eu considero que não temos. Se temos,
2958tem muito insípido ainda. Nós temos o SINIR, tem CNS de resíduo, para quem
2959conhece é um sistema que pega as cidades se não me engano a cima de 500
2960mil, mas ainda é o sistema de resíduos calcado muito na prestação de
2961serviços. Ele não pega os outros tipos de resíduos. Então, o SINIR é um
2962sistema bem maior para dar vazão ao que a Lei coloca. É um processo de
2963construção. Essa é a forma que eu vejo, Zilda. Assumir não querer falar uma
2964coisa que não é a verdade nós sabemos disso.

2965Só chamei essa discussão porque dentro do próprio documento você tem lá um
2966cadastro de operadores de resíduos perigosos, você tem um sistema

2967declaratório de resíduos. Então, são vários sistemas de informações que vão
2968estar ter que estar juntos para consistência dos dados.

2969

2970

2971**O SR. ERIC FISCHER (MINISTERIO DA SAUDE)** - Eu queria trazer o relato
2972como coordenador do Grupo de Trabalho da revisão, de redução da 03 0593
2973de gerenciamento de resíduos de portos e aeroportos e terminais rodoviários e
2974ferroviários. Então, nós começamos mês passado. Tivemos a primeira reunião
2975e nós começamos a identificar algumas questões que na gestão principalmente
2976na área zona primária aquele fronteira onde o resíduo ainda não entrou no
2977Brasil e está lá que tem legislações diferenciadas que necessitam de
2978harmonização. Então, a fitossanitária, a sanitária da ANVISA e a Resolução do
2979CONAMA têm questões que precisam harmonizadas. E o grupo está
2980conversando, está discutindo essa questão e eu acho que está a possibilidade
2981de encaminhamento de discussão está muito boa, participação da Zilda, do
2982IBAMA, eu acho que nós do Ministério. Nós podemos chamar Ministério, mas
2983é a mãe nessa área. A própria vigilância em saúde ambiental está participando
2984disso também a nossa área. Então, esse grupo de discussão que foi formado,
2985quer dizer, são pessoas do governo, estariam entrando a ABES e outras
2986instituições juntos, mas na hora de revisão e de formulação do Decreto, talvez
2987seja interessante para essa questão específica que numa discussão geral pode
2988ser perdida nós pegássemos esses atores que já estão propensos a sentar e
2989discutir essa questão para dar o apoio ao grupo de vocês na hora de
2990formulação do Decreto. E quero aproveitar que na primeira reunião não tivemos
2991presença do setor municipal e estadual e das regiões Norte e Nordeste. Então,
2992seria uma reivindicação para fazer com que na segunda reunião do Grupo de
2993Trabalho que está marcada para os dias 4 e 5 e como não está certo se vai sair
2994dia dois ou dia 11 previsto dia dois os convites já tinham sido saído vai ser
2995mantida essa reunião tentar ver se haja uma participação nessa região dos
2996diferentes segmentos do CONAMA. Obrigado.

2997

2998

2999**A SRª DANIELA BUOSI ROHLFS (Ministério da Saúde)** - Mais alguém quer
3000fazer algum comentário? Bom.

3001

3002

3003**O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (Diretor do CONAMA):** Não sei se é
3004preliminar do que você vai falar, mas só aproveitando que Éric se manifestou
3005ele essa coordenando esse Grupo de Trabalho para explicar que esse grupo já
3006tínhamos soltado a convocação o convite e nós entendemos que seria melhor
3007não desfazer esse convite porque tem um grupo bem distribuído no dia país
3008que se desloca para as reuniões e isso poderia causar algum tipo de
3009dificuldade. Além de outras razões que nós consideramos com o Éric, mas eu
3010quero até dizer aqui aos conselheiros que os próximos GTs - Grupos de
3011Trabalho nós e também o Grupo de Trabalho de eletroeletrônico que é para
3012semana que vem além de estar convocada já estaria muito em cima para se
3013alterar essa agenda também. Então, foi mantido mas os seguintes tanto as
3014próximas reuniões desses GTs - Grupos de Trabalho como outros GTs -
3015Grupos de Trabalho nós vamos solicitar os coordenadores que nós
3016prorroguemos um pouco a data para poder ajustar com esse tempo também

3017de discussão da lei, da regulamentação do Decreto porque com certeza o
3018tempo vai ser nesse caso específico um pouco acelerado naquilo que foi
3019possível do Decreto porque nós estamos no final do mandato do governo e o
3020ideal é deixar as coisas mais encaminhadas possíveis para de janeiro em
3021diante. Então, eu acredito que não vai ser assim prorrogado tanto esses GTs -
3022Grupos de Trabalho, por exemplo, um que eu me lembro agora de cabeça é de
3023construção civil que está previsto para agora meados de agosto e nós vamos o
3024Tiago que é o coordenador eu vou até ponderar com ele para nós talvez deixar
3025para setembro e dar esse tempo e ao mesmo tempo que Câmara Técnica.
3026Estou pensando.

3027

3028

3029 **SR. RICARDO LOPES GARCIA (Representante da Confederação**
3030**Nacional das Indústrias)** - Só para complementar. Embalagens seria dia 10
3031eu já vou postergar para setembro.

3032

3033

3034 **SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (Diretor do CONAMA):** De embalagens
3035também o Ricardo já tinha me falado que também vai ser comunicado aos
3036membros do Grupo de Trabalho para que nós não será no dia 10 nós vamos
3037prorrogar e agora Eric tinha feito uma proposta do Ministério da Saúde em
3038relação a nós termos talvez nessa reunião, mas não seria possível, mas eu
3039acredito que na próxima reunião de Câmara Técnica avaliarmos com a
3040Presidência da Câmara e com a Secretário Executiva e o Dow e a SMCQ de
3041nós realizarmos nessa próxima Câmara Técnica talvez final de setembro não
3042sei vamos ver a data uma apresentação jamais circunstanciada a respeito do
3043andamento do trabalho que aí sim eu acho que talvez a Câmara já tenha
3044condições de ter algumas decisões em relação a GTs - Grupos de Trabalho
3045em relação a talvez até resoluções, né Zilda. Eventualmente até ajustes que
3046precisam ser. Eu quero dizer para vocês que novembro nós temos a 70ª
3047reunião ordinária e há uma intenção do Ministério de nessa reunião nós
3048fazermos aproveitar que a reunião número 100 do CONAMA e também final de
3049uma gestão de Governo se bem no que CONAMA isso não conto muito
3050continua com grande parte dos membros conselheiros. Mas de qualquer forma
3051uma oportunidade também para que se apresentem novas iniciativas para
3052tramitar no Conselho talvez até em relação à política também nacional de
3053resíduos sólidos possíveis revisões. Tem uma previsão da SMC também em
3054relação à essa área de resíduo, propostas novas também talvez uma proposta
3055nova. Então, se os segmentos aqui tiverem vai ser bom. É um período bom
3056para nós darmos uma renovada no Conselho. Então, vai ser oportuno realizar
3057essa reunião da Câmara Técnica lá para final de setembro e nós aí poderemos
3058aprofundar mais o tema da política e a andamento da regulamentação do
3059Decreto.

3060

3061

3062 **SRª DANIELA BUOSI ROHLFS (Ministério da Saúde)** - Eu gostaria em
3063nome do Ministério da Saúde parabenizar vocês nós participamos ativamente
3064da luta que foi literalmente. Eu pessoalmente representava o Ministério da
3065Saúde nessa quando retomou a discussão de retomar a política. O meu filho já
3066está com dois anos, nem grávida eu estava, nem casada eu era. Então,

3067demorou. Eu espero realmente que a regulamentação nós tenhamos menos
3068idas e vindas porque eu não acredito em grandes alterações assim como você.
3069Foi uma política que foi construída não só com todos os pares como também
3070dentro da Casa Civil. Então, a Casa Civil está muito por dentro de toda lei.
3071Estive com ela em mãos ontem, por isso que você perguntou se alguém leu. Eu
3072li ontem novamente porque passa por todos os ministérios para aprovação e
3073comentários. O nosso já seguiu. Eu não acredito em grandes medidas, em
3074grandes vetos. Deu vontade. Eu achei que ela foi pouco discutida, mas eu não
3075tive coragem não. Não pedimos nada muito pelo contrário dissemos que pela
3076nossa participação integralmente na elaboração seria até contraditório. Mas o
3077texto está adequada com aquilo tudo que nós viemos discutindo esses anos
3078todos. Realmente uma super conquista, nós merecíamos essa política e eu
3079acho que ela demorou até tempo demais, mais o processo de construção
3080democrática é isso mesmo. Eu acho que para a próxima reunião, o Nilo está
3081propondo que seja em setembro, nós temos que ter esse balanço. Até para nós
3082entendermos as prioridades porque quando entrar na fase de regulamentação
3083essa Câmara vai ter um trabalho monstro e não adianta nós ficarmos atirando
3084para um lado e outro de GTs que já estão instalados ou de GTs que precisam
3085rever. Se nós não tivermos uma priorização. Então minha proposta é que já na
3086próxima reunião nós tenhamos essa lista do que vocês propõem. Eu acho que
3087todos devem fazer esses exercícios daquilo que deve ser atualizado e alterado
3088à luz de nova política assim como aquilo que merece uma atenção especial
3089nesses primeiros momentos porque eu entendo que essa Câmara Técnica
3090também terá que se posicionar no que é prioridade para ela dentro da
3091priorização que vai ser apresentada pelo governo. Então, nós estamos aqui
3092justamente numa Câmara Técnica formada por vários setores para entender as
3093prioridades de todos os lados. Então, eu acho que nós ficamos com esse
3094indicativo para a reunião da Câmara Técnica que nós vamos ter esse balanço,
3095um momento de montar um cronograma que vocês já possam trazer para nós.
3096Então, o mesmo que um esboço, mas já no início do exercício de vocês de
3097priorização daquilo que precisa ser regulamentado e aquilo que é necessário
3098ter um olhar específico dessa Câmara Técnica. Alguém gostaria de fazer mais
3099algum comentário? Propostas? Não? Então, está encerrada a nossa reunião
3100da Câmara Técnica agradeço a todos um bom retorno para os seus lares. E até
3101a próxima reunião.